

# Manual Resolução nº 348/2020

Procedimentos relativos  
a pessoas LGBTI acusadas,  
rés, condenadas ou  
privadas de liberdade

SÉRIE FAZENDO JUSTIÇA | COLEÇÃO GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS





**SÉRIE FAZENDO JUSTIÇA**  
**COLEÇÃO GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS**

# Manual Resolução n° 348/2020

Procedimentos relativos  
a pessoas LGBTI acusadas,  
rés, condenadas ou  
privadas de liberdade





Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons* -  
Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações. 4.0 Internacional.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

B823m

Brasil. Conselho Nacional de Justiça.

Manual Resolução nº 348/2020 : Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade: orientações a tribunais, magistrados e magistradas voltadas à implementação da Resolução nº 348/2020, do Conselho Nacional de Justiça / Conselho Nacional de Justiça ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2021.

Inclui bibliografia.

64 p. (Série Fazendo justiça. Coleção gestão e temas transversais).

Disponível, também, em formato digital.

ISBN 978-65-5972-503-8

ISBN 978-65-88014-05-9 (Coleção)

1. População LGBTI. 2. Resolução nº 348/2020. 3. Garantia de direitos. I. Título. II. Lanfredi, Luís Geraldo Sant'Ana (Coord.). III. Série.

CDU 343.8 (81)

CDD 345

Bibliotecário: Phillipe de Freitas Campos CRB-1/3282

**Coordenação Série Fazendo Justiça:** Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi; Natalia Albuquerque Dino de Castro e Costa; Renata Chiarinelli Laurino; Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Débora Neto Zampier

**Elaboração:** Raissa Carla Belintani de Souza

**Supervisão:** Melina Machado Miranda e Pollyanna Bezerra Lima Alves

**Revisão técnica:** Fernanda Machado Givisiez, Larissa Lima de Matos e Renata Chiarinelli Laurino

**Apoio:** Comunicação Fazendo Justiça

**Projeto gráfico:** Sense Design & Comunicação

**Revisão:** Orientse

**Fotos:** CNJ, Pexels, Unsplash

# APRESENTAÇÃO

A Constituição brasileira alicerça nossas aspirações enquanto sociedade fundada no estado democrático de direito ao mesmo tempo em que fomenta o avanço social com respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana. Nesse sentido, é dever indelével das instituições, especialmente do Judiciário, zelar para que nossas ações apontem para esse norte civilizatório, não apenas rechaçando desvios a essa finalidade, mas agindo já para transformar o presente que almejamos.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que quase 1 milhão de brasileiros vivem à margem da lei máxima do país enquanto dentro de nossas prisões, com efeitos nefastos para o grau de desenvolvimento inclusivo ao qual nos comprometemos por meio da Agenda 2030 das Nações Unidas. É desse cenário que se ocupa o programa Fazendo Justiça, parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional.

Mesmo durante a pandemia de Covid-19, o programa vem realizando entregas estruturantes a partir da colaboração e do diálogo entre diferentes atores em todo o país. São 28 ações desenvolvidas simultaneamente para diferentes fases e necessidades do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, que incluem a facilitação de serviços, reforço ao arcabouço normativo e produção e difusão de conhecimento. É no contexto desse último objetivo que se insere a presente publicação, agora parte integrante de um robusto catálogo que reúne avançado conhecimento técnico no campo da responsabilização e garantia de direitos, com orientação prática para aplicação imediata em todo o país.

O volume integra coleção de conteúdos sobre Gestão e Temas Transversais elaborada pelo programa Fazendo Justiça como parte de um conjunto de iniciativas voltadas a fortalecer ações em todo o ciclo penal e de justiça juvenil, tendo como perspectiva o olhar sobre vulnerabilidades que se aprofundam no contexto da privação de liberdade, como as que afetam pessoas autodeclaradas LGBTI.

A presente publicação atende previsão estabelecida pela Resolução CNJ nº 348/2020, que estabelece diretrizes ao tratamento conferido pelo sistema de justiça a esse grupo populacional. Além de elencar pressupostos gerais de atuação do Judiciário em casos envolvendo pessoas LGBTI acusadas, réis ou condenadas, a obra reúne conceitos norteadores para a tomada de decisão, parâmetros de assistência e estrutura de apoio na abordagem da temática. O objetivo é salvaguardar direitos e garantias compatíveis com o texto constitucional brasileiro bem como com as normas nacionais e internacionais que versam sobre a matéria.

**Luiz Fux**

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

## **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**

**Presidente:** Ministro Luiz Fux

**Corregedora Nacional de Justiça:** Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

### **Conselheiros**

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Tânia Regina Silva Reckziegel

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Candice Lavocat Galvão Jobim

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

André Luis Guimarães Godinho

Maria Tereza Uille Gomes

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

**Secretário-Geral:** Valter Shuenquener de Araujo

**Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica:** Marcus Livio Gomes

**Diretor-Geral:** Johanness Eck

**Supervisor DMF/CNJ:** Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

**Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ:** Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

**Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ:** Antonio Carlos de Castro Neves Tavares

**Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ:** Carlos Gustavo Vianna Direito

**Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ:** Fernando Pessoa da Silveira Mello

**Diretora Executiva DMF/CNJ:** Natalia Albuquerque Dino de Castro e Costa

**Chefe de Gabinete DMF/CNJ:** Renata Chiarinelli Laurino

## **MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)**

**Ministro da Justiça e Segurança Pública:** Anderson Gustavo Torres

**Depen - Diretora-Geral:** Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

**Depen - Diretor de Políticas Penitenciárias:** Sandro Abel Sousa Barradas

## **PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)**

**Representante-Residente:** Katyna Argueta

**Representante-Residente Adjunto:** Carlos Arboleda

**Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática:** Maristela Baioni

**Coordenadora da Unidade de Paz e Governança:** Moema Freire

**Coordenadora-Geral (equipe técnica):** Valdirene Daufemback

**Coordenador-Adjunto (equipe técnica):** Talles Andrade de Souza

## FICHA TÉCNICA

### **Elaboração:**

Raissa Carla Belintani de Souza

### **Supervisão:**

Melina Machado Miranda e Pollyanna Bezerra Lima Alves

### **Revisão técnica:**

Fernanda Machado Givisiez, Larissa Lima de Matos e Renata Chiarinelli Laurino

### **Colaboração para o Manual:**

Amanda Rocha, Ana Luiza Voltolini Uwai, Caio Cesar Klein, Dandara Rudsan, Dillyane de Sousa Ribeiro, Eduarda Lorena de Almeida, Fernanda Machado Givisiez, Inês Virgínia Prado Soares, Juliana Garcia Peres Murad, Larissa Lima de Matos, Matuzza Sankofa, Max Ruan de Souza Peruzzo, Melina Machado Miranda, Natália Luchini, Pollyanna Bezerra Lima Alves, Renata Chiarinelli Laurino, Roberta Olivato Canheo, Viviane Balbuglio.

### **Participantes das reuniões de trabalho para elaboração da Resolução CNJ nº 348/2020:**

Carlos Tavares, Bruna Benevides, Carlos Gustavo Vianna Direito, Erik Palácio Boson, Fabiana de Lima Leite, Fabiana Otero, Fernanda Calderaro, Fernanda Machado Givisiez, Hélio das Chagas Leitão Neto, Iasmin Baima, Inês Virginia Prado Soares, Ivana Farina Navarrete Pena, Izabella Lacerda Pimenta, Larissa Lima de Matos, Letícia Oliveira Furtado. Livia Zanatta Ribeiro, Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi, Mayra Cardozo, Marcela Verdade Costa Amaral, Márcio da Silva Alexandre, Melina Machado Miranda, Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, Irmã Petra Silvia Pfaller, Renan V. Sotto Mayor, Renata Chiarinelli Laurino, Rennel Barbosa de Oliveira, Ricardo de Lins e Horta, Tani Maria Wurster, Tula Mello, Rodrigo Duzsinski, Thiago de Luna Cury, Thiago Silva Rosa, Vinícius C. S. Silva, Victor Martins Pimenta, Vitória de Macedo Buzzi

Trabalho dedicado à companheira Fernanda Calderaro (in memoriam) que muito contribuiu na elaboração da Resolução CNJ nº 348/2020. Fernanda nos deixou cedo, tendo sido uma das milhares de vítimas brasileiras da Covid-19. Com sua trajetória como ativista dos direitos humanos, excelente profissional, pesquisadora em saúde lésbica, militante LGBTI e, principalmente, por ser quem era, com sua resistência e risada inconfundível, Fernanda seguirá nos inspirando.



# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Apresentação</b>   | <b>3</b>  |
| <b>1. Introdução</b>  | <b>9</b>  |
| <b>2. Pressupostos gerais da atuação de Tribunais e autoridades judiciais em casos criminais envolvendo pessoas acusadas, réis ou condenadas LGBTI</b>  | <b>13</b> |
| <b>3. Conceitos norteadores e identificação da população LGBTI custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente</b>                      | <b>21</b> |
| I. Glossário  | 22        |
| a) Orientação sexual  | 23        |
| b) Identidade de gênero   | 23        |
| c) Pessoas LGBTI  | 23        |
| d) Pessoas transgênero  | 24        |
| e) Pessoas intersexo  | 24        |
| II. Proteção dos dados pessoais e sigilo da autodeclaração  | 25        |
| III. Direito ao nome social   | 25        |
| <b>4. A tomada de decisão nos casos envolvendo pessoa custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente pertencente à população LGBTI</b> | <b>28</b> |
| I. Definição do local de privação de liberdade  | 29        |
| II. Relatos de violência ou grave ameaça  | 32        |
| III. Especificidades de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e homens transexuais  | 33        |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>5. Tratamento da população LGBTI privada de liberdade</b>   | <b>35</b> |
| I. Assistência à saúde   | 37        |
| a) Direito ao tratamento hormonal e sua manutenção   | 39        |
| b) Acompanhamento de saúde específico e garantia de testagem   | 40        |
| c) Garantia de atendimento psicológico e psiquiátrico  | 41        |
| d) Cuidados especiais: COVID-19  | 42        |
| II. Assistência religiosa  | 43        |
| III. Acesso ao trabalho, à educação e às demais políticas ofertadas nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos                          | 44        |
| a) Acesso ao trabalho  | 44        |
| b) Acesso à educação   | 45        |
| IV. Autodeterminação e dignidade   | 46        |
| V. Visitas   | 47        |
| <br>   |           |
| <b>6. Estrutura de apoio aos Tribunais e às autoridades judiciais no trato da população LGBTI em contato com a justiça criminal ou juvenil</b> | <b>50</b> |
| <br>   |           |
| <b>7. Precedentes, decisões paradigmáticas e boas práticas</b>   | <b>53</b> |
| <br>   |           |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | <b>57</b> |



# INTRODUÇÃO

# 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado uma preocupante explosão das taxas de encarceramento e de aplicação de medidas socioeducativas de internação, em conjuntura que favorece a degradação das condições de cumprimento das penas e medidas socioeducativas. Há um agravamento no cenário de violação de direitos fundamentais no tocante à dignidade, integridade física e psíquica das pessoas inseridas nos sistemas penitenciário e socioeducativo, descumprindo-se uma vasta gama de previsões constitucionais, normas internacionais e infraconstitucionais, como a Lei de Execução Penal (LEP) e o Código de Processo Penal (CPP).

A situação foi, inclusive, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que, ao decidir na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347<sup>1</sup>, declarou haver um **Estado de Coisas Inconstitucional** no sistema penitenciário brasileiro. Igualmente, a Suprema Corte brasileira estendeu o entendimento à justiça juvenil, tendo asseverado, no julgamento do *Habeas Corpus* (HC) nº 143.988/ES<sup>2</sup>, que o Estado de Coisas Inconstitucional também pode ser verificado em diversos locais de internação de adolescentes e jovens.

Na referida ADPF nº 347, o STF registrou que a responsabilidade por essa realidade não poderia ser atribuída a um único e exclusivo poder, mas aos três – Legislativo, Executivo e Judiciário –, e não só aos da União, como também aos dos Estados-Membros e do Distrito Federal. Ponderou, ainda, que há problemas tanto de formulação e implementação de políticas públicas, quanto de interpretação e aplicação da lei penal. Sobre o **papel do Poder Judiciário**, em específico, o STF evidenciou a responsabilidade em racionalizar a concretização da ordem jurídico-penal, de modo a minimizar o quadro em vez de agravá-lo.

Para uma atuação que seja, de fato, engajada na melhoria desse contexto, o alicerce social que fundamenta os sistemas de justiça criminal e juvenil deve ser compreendido de forma ampla. Historicamente, o modelo basilar a tais sistemas pretere as subjetividades humanas, compostas por uma amálgama de marcadores sociais da diferença como gênero, raça, etnia, classe, idade, capacidade física e nacionalidade, dentre tantos outros. E diante de fatores como o aumento do encarceramento feminino e o acirramento de pautas do movimento LGBTI na sociedade, as interfaces entre gênero e sistema de justiça têm recebido destaque.

Novas pautas ocupam a agenda pública, quebrando o silenciamento em torno de temas antes considerados “tabu”. Questões como maternidade, liberdade sexual e saúde no cárcere, e alas ou celas especiais para pessoas transgênero nos estabelecimentos penais ganham evidência no atual debate sobre a política penitenciária no Brasil. Há, também, a falta de informações e indicadores sobre o perfil e a realidade de pessoas autodeclaradas LGBTI, sendo os reflexos de tal déficit percebidos em vários campos.

1 ADPF nº 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 09.09.2015.

2 HC nº 143.988/ES, Rel. Min. Edson Fachin, j. 25.08.2020.

Nesse contexto, a **população<sup>3</sup> LGBTI privada de liberdade** se encontra em particular risco de sofrer **tortura e maus-tratos**, tanto dentro dos sistemas de justiça criminal e juvenil quanto em outros contextos, como em estabelecimentos médicos. Assim como alegado, em 2016, pelo Relator Especial sobre Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), constata-se que o sistema de justiça criminal tende a negligenciar as necessidades específicas de pessoas autodeclaradas como parte da população LGBTI<sup>4</sup>. Em adição, reconhecido pelo STF o estado de inconstitucionalidade generalizada também na justiça juvenil, a mesma situação se verifica na realidade de adolescentes e jovens LGBTI em cumprimento de medidas socioeducativas.

A partir desse diagnóstico, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) organizou, entre os anos de 2019 e 2020, uma **série de encontros** com representantes de órgãos e entidades do sistema de justiça, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e da sociedade civil. Intencionava-se estabelecer debate aberto e que permitisse, verdadeiramente, a estruturação de alternativas para assegurar que os procedimentos criminais e socioeducativos envolvendo pessoas autodeclaradas LGBTI fossem compatíveis tanto com o texto constitucional brasileiro quanto com as previsões, propostas e normas, nacionais ou internacionais, sobre a temática.

Fruto desse processo de diálogo, a Resolução CNJ nº 348 foi aprovada em 13 de outubro de 2020, estabelecendo diretrizes ao tratamento conferido à população LGBTI pelos sistemas de justiça criminal e juvenil. Dentre as disposições centrais da Resolução, pode-se destacar: (i) a identificação da pessoa LGBTI por meio da **autodeclaração**; (ii) a informação e consulta quanto à **definição do local de privação de liberdade**; (iii) a salvaguarda do **direito à maternidade** de mulheres lésbicas, travestis e transexuais e aos homens transexuais; (iv) as disposições expressas sobre a garantia de **assistência material, à saúde, jurídica, educacional, laboral, social e religiosa**, bem como do **direito a visitas, também íntimas**, e à **expressão da subjetividade**; além da (v) **extensão a adolescentes e jovens** nos procedimentos da justiça juvenil e durante a execução da medida socioeducativa.

Com o intuito de que as diretrizes previstas na Resolução CNJ nº 348/2020 sejam aplicadas de maneira adequada, é indispensável que magistrados e magistradas reconheçam a identidade LGBTI mediante a autodeclaração, independentemente das concepções individuais de terceiros, como disposto no artigo 4º do referido ato normativo. Para tanto, cabe à autoridade judicial indicar que a **autodeclaração** como parte da população LGBTI acarreta na **incidência não apenas dos direitos e garantias ordinários** – ou seja, assegurados a todas as pessoas –, **mas também das garantias específicas da população LGBTI**, atingindo de forma transversal todos os atos processuais.

A salvaguarda desses direitos e garantias é ainda mais necessária em um momento como o da publicação do presente Manual, no qual o mundo enfrenta, há mais de um ano, uma **pandemia** sem precedentes. Considerando-se a necessidade de políticas de isolamento social como medida eficaz para desacelerar o contágio por

---

3 O uso do termo “população” será empregado em referência a um grupo de sujeitos com fenômenos específicos e variáveis próprias, situadas na intersecção entre os movimentos naturais da vida e os efeitos particulares gerados pelas instituições. Tal definição foi desenvolvida por Michel Foucault na obra *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, e no caso dos dispositivos trazidos pela Resolução CNJ nº 348/2020, o grupo de sujeitos a que ela se refere têm, como cerne à sua identificação, a sexualidade e o gênero.

4 Relator Especial sobre a Tortura à Assembleia Geral da ONU, *Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*, 5 de janeiro de 2016, A/HRC/31/57, p. 10.

COVID-19, deve ser ponderado como os impactos na **saúde mental** da população LGBTI privada de liberdade podem ser maiores do que em pessoas que não sofrem preconceito de forma estrutural. Ademais, as **vulnerabilidades** se aprofundam em um contexto de crise, agravando a realidade de pessoas já expostas a violências, sejam de ordem física, material, simbólica e/ou psicológica.

Alcançar a efetiva proteção engloba, fundamentalmente, **a criação e o fortalecimento de mecanismos específicos direcionados às populações vulnerabilizadas**, como a de pessoas autodeclaradas LGBTI, além de políticas, ações e projetos para garantir seus direitos. Pretende-se com este Manual, além de cumprir previsão da Resolução CNJ nº 348/2020, oferecer ao Poder Judiciário uma ferramenta que sirva ao enfrentamento do estado de inconstitucionalidade caracterizador dos sistemas penitenciário e socioeducativo.

No caminho pavimentado pelo STF e por tantos outros Tribunais, órgãos e entidades, nacionais ou internacionais, reconhecer a dimensão estrutural da problemática e os impactos gerados em grupos vulnerabilizados, como na população LGBTI, constitui um passo acertado em direção ao objetivo transformador que move atores e atrizes do sistema de justiça, ou qualquer pessoa interessada, a consultarem o presente Manual sobre a Resolução CNJ nº 348/2020.

Desejamos uma boa, edificante e útil leitura!



## PRESSUPOSTOS GERAIS

DA ATUAÇÃO DE TRIBUNAIS  
E AUTORIDADES JUDICIAIS  
EM CASOS CRIMINAIS  
ENVOLVENDO PESSOAS  
ACUSADAS, RÉS OU  
CONDENADAS LGBTI

## 2

## PRESSUPOSTOS GERAIS DA ATUAÇÃO DE TRIBUNAIS E AUTORIDADES JUDICIAIS EM CASOS CRIMINAIS ENVOLVENDO PESSOAS ACUSADAS, RÉS OU CONDENADAS LGBTI

A Constituição Federal de 1988 estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma **sociedade livre, justa e solidária** e a promoção do **bem de todas as pessoas**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, I e IV). Ademais, determina que **todas as pessoas são iguais perante a lei**, “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (art. 5º).

O texto constitucional garante, ainda, que **nenhuma pessoa será submetida a tortura nem a tratamento desumano ou degradante** (inciso III), que **não haverá penas cruéis** (inciso XLVII, “e”) e que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo da pessoa apenada (inciso XLVIII), devendo-se assegurar o **respeito à sua integridade física e moral** (inciso XLIX).

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal – LEP) preceitua o **dever de respeito à integridade física e moral** das pessoas condenadas e presas provisórias (art. 40), bem como serem direitos de todas as pessoas presas (art. 41): acesso à alimentação suficiente e vestuário (inc. I); atribuição de trabalho e sua remuneração (inc. II); assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (inc. VII); visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos (inc. X); chamamento nominal (inc. XI) e igualdade de tratamento, salvo quanto às exigências da individualização da pena (inc. XII).

Em complemento, segundo também disposto pela Constituição Federal, os princípios de direitos humanos consagrados em **documentos e tratados internacionais** firmados pelo Brasil integram o elenco dos direitos consagrados pela ordem constitucional, ocupando o mesmo status material (§2º do art. 5º). Destaca-se, para a temática abordada no presente manual, a necessidade de observância do conteúdo garantido nos **seguintes diplomas normativos internacionais**:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966);
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966);
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”, 1969);
- Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (“Protocolo de São Salvador”, 1988);



- Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984);
- Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (2002);
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);
- Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (2001);
- Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos ("Regras de Nelson Mandela", 1957, atualizadas em 2015);
- Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Jovens ("Regras de Beijing", 1985);
- Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade ("Regras de Tóquio", 1990);
- Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens com Restrição de Liberdade ("Regras de Havana", 1990);
- Regras das Nações Unidas para o Tratamento das Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras ("Regras de Bangkok", 2010).

No âmbito específico de **direitos e garantias a pessoas autodeclaradas LGBTI**, há que se ter especial atenção ao disposto pelos Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, mais conhecidos como "Princípios de Yogyakarta".

Promulgados em 2006 por um painel de especialistas de vinte e cinco países, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, os referidos Princípios não constituem uma declaração de aspirações ou carta de reivindicação de direitos. O documento compila e reinterpreta definições consagradas em tratados, convenções, resoluções e outros textos internacionais sobre os direitos humanos, no sentido de aplicá-los a situações de discriminação, estigma e violência experimentadas por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Observa-se que uma **perspectiva interseccional** pauta a elaboração dos Princípios de Yogyakarta, havendo a preocupação, em seu preâmbulo, de que as experiências de "violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito" são agravadas "por discriminação que inclui gênero, raça, religião, necessidades especiais, situação de saúde e status econômico".

A prisão, como um espaço de **múltiplas segregações**, relega as diferenças que compõem a realidade das pessoas e (re)produz desigualdades amalgamadas a **categorias de diferenciação** adicionais ao gênero, como a raça, a etnia, a idade, a capacidade física, a orientação sexual e a nacionalidade, dentre tantas outras. A **interseccionalidade** é "uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da **interação entre dois ou mais eixos da subordinação**" (CRENSHAW, 2002, p. 177). O conceito serve à análise de como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios se consubstanciam, gerando desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de cada indivíduo na sociedade. É, assim, "uma ferramenta para compreender e analisar a complexidade existente no mundo, nas pessoas e na experiência humana" (COLLINS; BILGE, 2016, p. 25).

Ainda, o documento é norteado pelos conceitos de "**autodeterminação**" e "**autodefinição**", assim significados no texto:

### **PRINCÍPIO 3**

#### **DIREITO AO RECONHECIMENTO PERANTE A LEI**

Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero **autodefinidas** por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua **autodeterminação**, dignidade e liberdade. Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Nenhum status, como casamento ou status parental, pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa. Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero (grifos nossos).

Ademais, os Princípios de Yogyakarta apresentam proposições específicas sobre **privação de liberdade, acesso à justiça e tratamento durante o período de aprisionamento da população LGBTI**. Cabe especial ressalva aos Princípios 8 e 9, que trazem, cada um, recomendações aos Estados signatários quanto ao trato de pessoas LGBTI pelo sistema de justiça criminal. Veja-se:

## **PRINCÍPIO 8**

### **DIREITO A JULGAMENTO JUSTO**

Toda pessoa tem direito a ter uma audiência pública e justa perante um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei, para determinar seus direitos e obrigações num processo legal e em qualquer acusação criminal contra ela, sem preconceito ou discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

#### **Os Estados deverão:**

- a) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para proibir e eliminar tratamento preconceituoso por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero em cada etapa do processo judicial, nos procedimentos civis e criminais e em todos os outros procedimentos judiciais e administrativos que determinem direitos e obrigações, e de assegurar que a credibilidade ou caráter de uma pessoa como parte interessada, testemunha, defensora ou tomadora de decisões não sejam impugnados por motivo de sua orientação sexual ou identidade de gênero;
- b) Tomar todas as medidas necessárias e razoáveis para proteger as pessoas de processos criminais ou procedimentos civis que sejam motivados, no todo ou em parte, por preconceito relativo à orientação sexual ou identidade de gênero;
- c) Implementar programas de treinamento e de conscientização para juízes, funcionários de tribunais, promotores/as, advogados/as e outras pessoas sobre os padrões internacionais de direitos humanos e princípios de igualdade e não-discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

## **PRINCÍPIO 9**

### **DIREITO A TRATAMENTO HUMANO DURANTE A DETENÇÃO**

Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana. A orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa.

#### **Os Estados deverão:**

- a) Garantir que a detenção evite uma maior marginalização das pessoas motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero, expondo-as a risco de violência, maus-tratos ou abusos físicos, mentais ou sexuais;
- b) Fornecer acesso adequado à atenção médica e ao aconselhamento apropriado às necessidades das pessoas sob custódia, reconhecendo qualquer necessidade especial relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero, inclusive no que se

- refere à saúde reprodutiva, acesso à informação e terapia de HIV/Aids e acesso à terapia hormonal ou outro tipo de terapia, assim como a tratamentos de reassignação de sexo/gênero, quando desejado;
- c) Assegurar, na medida do possível, que todos os detentos e detentas participem de decisões relacionadas ao local de detenção adequado à sua orientação sexual e identidade de gênero;
  - d) Implantar medidas de proteção para todos os presos e presas vulneráveis à violência ou abuso por causa de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e assegurar, tanto quanto seja razoavelmente praticável, que essas medidas de proteção não impliquem maior restrição a seus direitos do que aquelas que já atingem a população prisional em geral;
  - e) Assegurar que as visitas conjugais, onde são permitidas, sejam concedidas na base de igualdade a todas as pessoas aprisionadas ou detidas, independente do gênero de sua parceira ou parceiro;
  - f) Proporcionar o monitoramento independente das instalações de detenção por parte do Estado e também por organizações não-governamentais, inclusive organizações que trabalhem nas áreas de orientação sexual e identidade de gênero;
  - g) Implantar programas de treinamento e conscientização, para o pessoal prisional e todas as outras pessoas do setor público e privado que estão envolvidas com as instalações prisionais, sobre os padrões internacionais de direitos humanos e princípios de igualdade e não-discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Fazendo uso dos Princípios de Yogyakarta e das Regras de Nelson Mandela, a **Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)**, ao proferir Parecer Consultivo OC-24/7 solicitado pela República da Costa Rica, além de trazer glossário abordando definições como orientação sexual, identidade e expressão de gênero, também as asseverou como categorias salvaguardadas pelo artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). Neste sentido, a Corte IDH ratificou a **vedação a qualquer norma, ato ou prática discriminatória baseada na orientação sexual ou na identidade de gênero das pessoas** (item 68).

O referido Parecer Consultivo OC-24/7 ainda dispõe sobre o **direito à identidade**, que engloba os direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, ao nome e à identidade de gênero. Consignou o dever de os Estados garantirem "o reconhecimento da identidade de gênero às pessoas, pois isso é de vital importância para o pleno gozo de outros direitos humanos", bem como que a falta de reconhecimento pode "obstaculizar o exercício de outros direitos fundamentais e, portanto, ter um impacto diferencial significativo para as pessoas transgênero"; as quais, geralmente, "encontram-se em situação de vulnerabilidade" (item 114).

Diante do arcabouço normativo e principiológico apresentado, os seguintes pressupostos gerais devem guiar a atuação de Tribunais e magistrados/as em casos criminais envolvendo pessoas acusadas, réis ou condenadas LGBTI, assim sintetizados no artigo 2º da Resolução CNJ nº 348/2020:

- I) Garantia do **direito à vida e à integridade física e mental** da população LGBTI, assim como **à integridade sexual, segurança do corpo, liberdade de expressão da identidade de gênero e orientação sexual**;
- II) Reconhecimento do **direito à autodeterminação de gênero e sexualidade** da população LGBTI; e
- III) Garantia, sem discriminação, de **todos os direitos sociais**, como saúde, estudo e trabalho, previstos nos instrumentos legais e convencionais relativos à população privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou em monitoração eletrônica, bem como a garantia de **direitos específicos** da população LGBTI.

É também importante destacar que, em consonância ao disposto no **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, crianças, adolescentes e jovens têm **direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais** garantidos na Constituição Federal e nas demais leis.

O **direito ao respeito** consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral de crianças, adolescentes e jovens, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (art. 17 do ECA). No mais, o **zelo pela dignidade** de crianças, adolescentes e jovens implica em deixá-las a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art. 18 do ECA).

Nesse sentido, a Lei nº 12.594/2012, ao instituir o **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**, dispôs que a **execução das medidas socioeducativas** deverá ser **individualizada**, considerando-se idade, capacidades e circunstâncias pessoais de adolescentes e jovens, bem como **sem incorrer em qualquer discriminação**, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, associação ou pertencimento a qualquer "minorias" ou *status* (art. 35, incs. VI e VIII).

Ainda de acordo com a lei do SINASE, o **respeito à personalidade, intimidade e liberdade de pensamento e religião** também deve reger o cumprimento da medida socioeducativa por adolescentes e jovens (art. 49, inc. III).

Assim, considerando-se (i) o **princípio constitucional da prioridade absoluta** na promoção e defesa dos direitos humanos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens – dentre os quais se enquadram os direitos à dignidade, respeito e liberdade –; (ii) o **direito de serem protegidos de toda**

**forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade, violência e opressão**, e (iii) o **princípio da legalidade** – que veda a imputação, a adolescentes, de tratamento mais gravoso do que o conferido a pessoas adultas (art. 35, inc. I da Lei nº 12.594/2012) –, *todas* as disposições presentes na Resolução CNJ nº 348/2020 se aplicarão, igualmente, a **adolescentes e jovens** apreendidos, processados por cometimento de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa que se **autodeterminem** como parte da população LGBTI (art. 15).



## CONCEITOS NORTEADORES E IDENTIFICAÇÃO

DA POPULAÇÃO LGBTI CUSTODIADA, ACUSADA,  
RÉ, CONDENADA, PRIVADA DE LIBERDADE,  
EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAS  
OU MONITORADA ELETRONICAMENTE

### 3

## CONCEITOS NORTEADORES E IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTI CUSTODIADA, ACUSADA, RÉ, CONDENADA, PRIVADA DE LIBERDADE, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS OU MONITORADA ELETRONICAMENTE

A identificação de uma pessoa acusada ou ré como pertencente à população LGBTI acontece, exclusivamente, por meio da **autodeclaração**, ou seja, a faculdade de cada pessoa identificar a si mesma e declarar sua identidade de gênero e orientação sexual<sup>5</sup>.

A autodeclaração pode ser manifestada a **qualquer momento do procedimento penal**, inclusive na audiência de custódia e até a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena, devendo ser garantidos os direitos à privacidade e à integridade da pessoa declarante, como determina o *caput* do artigo 4º da Resolução CNJ nº 348/2020. Pode, ainda, ser manifestada a **qualquer momento do procedimento de apuração de ato infracional e durante a execução da medida socioeducativa**, com respeito aos mesmos direitos garantidos no procedimento penal.

Caso o magistrado ou a magistrada receba a informação, por qualquer meio, de que a pessoa em juízo compõe a população LGBTI, deverá **cientificá-la acerca da possibilidade de autodeclaração** e informá-la, em **linguagem simples e acessível**, sobre os direitos e garantias que lhe assistem. Ainda é importante ressaltar que a sexualidade humana e as expressões de gênero são fluídas, de modo que a autodeclaração de uma pessoa como parte da população LGBTI, bem como a identificação dentro dessa categoria, **pode ou não ser exclusiva**, com **possibilidade de variar ao longo do tempo e espaço** (art. 14 da Resolução CNJ nº 348/2020).

### I. Glossário

Com o intuito de nortear a aplicação das diretrizes trazidas pela Resolução CNJ nº 348/2020, facilitando a compreensão acerca do direito à autodeterminação e das garantias possíveis a cada pessoa, o referido ato normativo se baseia em alguns conceitos, listados no artigo 3º. Tais conceitos

---

<sup>5</sup> Importante retomar que a Resolução CNJ nº 348/2020 também se aplica a jovens e adolescentes apreendidos, processados por cometimento de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa, conforme disposto no artigo 15. Por tal motivo, a autodeclaração como parte da população LGBTI é, igualmente, válida para a identificação de jovens e adolescentes como passíveis de usufruto dos direitos e garantias salvaguardados pelo referido ato normativo. Tal escolha deve ser informada e independe da autorização de pais ou de responsáveis legais, no mesmo sentido já previsto por outras normativas regionais, como a Resolução SESP nº 18/2018, do estado de Minas Gerais, e a Portaria nº 04/2020, do Distrito Federal.



norteadores foram desenvolvidos a partir do glossário da campanha “Livres & Iguais”, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e não se propõem a ser exaustivos, devendo ser aceitas as nomeações pelas quais as pessoas venham a se autodeterminar.

#### a) **Orientação sexual**

Corresponde à **atração física, romântica e/ou emocional** de uma pessoa em relação à outra, sem relação com a identidade de gênero ou às características sexuais. A Resolução nº 348/2020 utiliza as categorias listadas a seguir, sem prejuízo de outras pelas quais as pessoas venham a se autodeterminar:

- Homens gays e mulheres lésbicas: atraem-se por pessoas que possuam o mesmo gênero, ou seja, homens e mulheres, respectivamente;
- Pessoas heterossexuais: atraem-se por pessoas de um gênero diferente do seu;
- Pessoas bissexuais: têm atração afetivo-sexual por pessoas de mais de um gênero.

#### b) **Identidade de gênero**

A forma como as pessoas se identificam enquanto do **gênero feminino, masculino ou outra expressão por ela utilizada**. Todas as pessoas têm uma identidade de gênero, que faz parte de sua identidade como um todo. Tipicamente, a identidade de gênero de uma pessoa é alinhada com o sexo que lhe foi designado no momento do seu nascimento.

Assim como se diz “**transgênero**” a pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no ato do nascimento, “**cisgênero**” é o termo empregado para descrever as pessoas cuja identificação de seu próprio gênero está alinhada com o sexo biológico que lhe foi designado ao nascer.

Importante retomar que a identidade de gênero é **distinta da orientação sexual e das características sexuais** de cada pessoa. Ademais, diante da ampla variedade de palavras empregadas na autodeterminação, é fundamental que se respeite os **termos, nomes e pronomes** utilizados por cada pessoa para se referir a si mesma.

#### c) **Pessoas LGBTI**

A despeito da variedade de siglas empregadas para representar a pluralidade de identidades de gênero e de orientações sexuais (LGBT, LGBT\*, LGBTQ, LGBTQI, LGBTI+, dentre outras), a Resolução CNJ nº 348/2020 adotou “LGBTI” para se referir à população abarcada pelas diretrizes previstas. A sigla LGBTI se refere a pessoas “lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexo”; sendo utilizada, mundialmente, pelas mais renomadas instituições, como a Organização das Nações Unidas e a Anistia Internacional.

#### d) Pessoas transgênero

Ainda denominadas “trans” em abreviação comum, são pessoas que **se reconhecem com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento**, compreendendo diversas identidades que variam de uma cultura para outra. No Brasil, podem ser incluídas entre a população transgênero as pessoas transexuais, travestis, *crossdressers* e binárias ou de gênero fluído. De forma específica, é possível sistematizar do seguinte modo:

- Mulheres trans: identificam-se como mulheres, mas foram designadas homens quando nasceram;
- Homens trans: identificam-se como homens, mas foram designados mulheres quando nasceram;
- Pessoas não-binárias ou de gênero fluído: pessoas trans que não se identificam de modo algum com o espectro binário de gênero.

Enquanto algumas pessoas transgênero desejam se submeter a cirurgias ou à terapia hormonal para alinhar o corpo com a identidade de gênero, outras não querem. O direito à autodeterminação é **pessoal**, não permitindo a agentes públicos condicionarem a identificação da pessoa à realização de intervenções corporais ou a qualquer requisito exógeno.

#### e) Pessoas intersexo

Nascem com **características sexuais que não se encaixam nas definições típicas de masculino e feminino**, como a anatomia sexual, os órgãos reprodutivos e/ou os padrões hormonais e/ou cromossômicos. Existem uma série de condições que podem resultar em características intersexuais visíveis ou não. Tais características podem ser **aparentes no nascimento ou desenvolvidas no decorrer da vida**, como durante a puberdade, de modo que muitas pessoas intersexo nem mesmo sabem que o são. Podem, ainda, ter variadas orientações sexuais e identidades de gênero.

## II. Proteção dos dados pessoais e sigilo da autodeclaração

A necessidade de se autodeclarar LGBTI para acessar direitos e garantias específicas pode gerar **riscos e dificuldades** à pessoa declarante. Ser abertamente gay, lésbica, transexual e/ou travesti em ambientes já hostis como o prisional ou o socioeducativo pode implicar em uma situação de vulnerabilidade ainda maior do que a experimentada em sociedade, expondo a declarante tanto ao assédio dos agentes institucionais quanto ao das outras pessoas privadas de liberdade.

Por tal motivo, há na Resolução CNJ nº 348/2020 preocupação expressa com a **proteção dos dados pessoais e o sigilo da autodeclaração** de pessoas como parte da população LGBTI, que também deve ser concretizada pelos Tribunais e magistrados/as que a aplicarem. Consta do artigo 5º que, em caso de autodeclaração como pessoa LGBTI, o Poder Judiciário fará constar essa informação nos seus sistemas informatizados, que deverão **assegurar a proteção dos dados pessoais e o pleno respeito aos direitos e garantias individuais**, notadamente à intimidade, privacidade, honra e imagem<sup>6</sup>.

Em adição, o magistrado ou a magistrada poderá, **de ofício ou a pedido da defesa ou da pessoa interessada**, determinar que a informação seja armazenada em caráter restrito ou, nos casos previstos em lei, decretar o **sigilo** acerca da autodeclaração.

Os procedimentos trazidos pela Resolução CNJ nº 348/2020 seguem a disciplina de proteção de dados pessoais estipulada pela Lei nº 13.709/2018, mais conhecida como **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Importante a ressalva de que as informações correspondentes à autodeclaração de uma pessoa como parte da população LGBTI podem ser consideradas **dados pessoais sensíveis** (art. 5º, inc. II da LGPD), devendo ser protegidas conforme as diretrizes definidas pela referida Lei.

## III. Direito ao nome social

Conforme reconhecido no Parecer Consultivo OC-24/7, elaborado pela Corte IDH à República da Costa Rica, a Convenção Americana de Direitos Humanos, ao dispor sobre o livre desenvolvimento da personalidade (artigos 7º e 11.2), o direito à privacidade (artigo 11.2), o reconhecimento da personalidade jurídica (artigo 3º) e o direito ao nome (artigo 18), assegura **o direito de que cada pessoa defina, autonomamente, a própria identidade sexual e de gênero, bem como os dados que aparecem nos registros e nos documentos de identidade (item 155)**.

---

<sup>6</sup> Aos dados e diagnósticos constantes dos **prontuários médicos**, principalmente sobre informações sorológicas e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), também deve ser garantido o sigilo, em resguardo ao direito constitucional à intimidade (art. 11, inc. I, "f" da Resolução CNJ nº 348/2020).

Seguindo tal entendimento, outro importante avanço da Resolução CNJ nº 348/2020 foi a consignação, no artigo 6º, de que as pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI submetidas à perseguição penal têm o **direito** de ser tratadas pelo **nome social e prenome escolhido**, de acordo com a identidade de gênero enunciada e a despeito de eventual divergência do nome constante no registro civil. Recomenda-se que o nome social conste expressamente dos autos, como forma de identificação correta da pessoa, bem como dos sistemas informatizados em que tramite o processo (art. 5º da Resolução CNJ nº 348/2020).

Segundo a Resolução CNJ nº 270/2018, nome social é “aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, e por ela declarado”. A autoridade judicial deve questionar à pessoa autodeclarada transgênero acerca do nome pelo qual se identifica, bem como sobre por qual pronome gostaria de ser referenciada.

Tal disposição está em consonância a diversas normativas e decisões precedentes, como a Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNPCP/CNCD/LGBT nº 01 de 2014. No artigo 2º desta Resolução, preceitua-se o dever de que **as pessoas privadas de liberdade e seus visitantes** tenham preservados os aspectos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero, incluindo o direito ao tratamento por nome social.

Igualmente, o Decreto Federal nº 8.727/2016, ao dispor sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, assegurou a pessoas transexuais, travestis e intersexo em contato com o sistema de justiça criminal ou juvenil a garantia de tratamento pelo **nome autoidentificado**, ainda que em desacordo com o registro civil. Caso o nome informado não conste na Guia de Recolhimento à unidade prisional ou socioeducativa, a lavratura deve ser providenciada por quem tenha competência para tanto, incluindo-se o **juízo de execução penal ou de medida socioeducativa**<sup>7</sup>.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal (STF) já ratificou a possibilidade de alteração de registro civil sem a necessidade de submissão a procedimentos cirúrgicos ou a tratamentos hormonais. Em agosto de 2018, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 670.422/RS, o STF fixou a tese de que a pessoa transgênera “tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da **manifestação de vontade** do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade **tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa**” (grifos nossos).

<sup>7</sup> Até mesmo o Ministério da Educação (MEC) prevê a possibilidade de que alunos menores de 18 (dezoito) anos solicitem o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º da Resolução nº 01/2018 do MEC).

Vê-se que o **acesso aos direitos específicos destinados a todas as pessoas autodeclaradas LGBTI independe de documentação retificada, bem como da submissão a procedimentos cirúrgicos ou hormonais, bastando a autodeclaração para que sejam integralmente garantidos**<sup>8</sup>. No entanto, caso a pessoa deseje emitir novos documentos adaptados, é possível que o procedimento ocorra no âmbito judicial, ainda que durante o cumprimento de pena ou de medida socioeducativa em reclusão.

De acordo com o disposto pela Resolução CNJ nº 348/2020, cabe ao magistrado ou à magistrada, quando solicitado pela pessoa autodeclarada LGBTI ou pela defesa, e mediante **autorização expressa** da interessada, **diligenciar** pela emissão de documentos, nos termos do artigo 6º da Resolução CNJ nº 306/2019<sup>9</sup>, ou pela retificação da documentação civil. Prevê, ainda, que a emissão e a retificação dos documentos civis da população LGBTI será **gratuita** (art. 14).

Complementa esta disposição o já mencionado Decreto Federal nº 8.727/2016, ao prever a possibilidade de que a pessoa autodeclarada transexual ou travesti requeira, "a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional" (art. 6º).

Dentre as possibilidades de encaminhamento prático à solicitação de emissão ou retificação de documentos civis, a autoridade judicial poderá demandar apoio dos Escritórios Sociais, equipamentos públicos de gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo, fomentados pelo Conselho Nacional de Justiça em diversos estados da federação<sup>10</sup>. O Escritório Social, bem como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros serviços de assistência ou atenção a pessoas egressas poderão auxiliar magistrados e magistradas a garantir a efetivação de tal direito. Ademais, as Defensorias Públicas também podem contribuir nesse processo.

---

8 Entende a Corte IDH que "no âmbito dos procedimentos de reconhecimento do direito à identidade de gênero, **não resulta razoável exigir que as pessoas cumpram requisitos que desvirtuem a natureza puramente declarativa dos mesmos. Tampouco é apropriado que tais exigências sejam erguidas como exigências que vão além dos limites da intimidade**, uma vez que obrigaria as pessoas a submeter suas decisões mais íntimas e os assuntos mais privadas de suas vidas ao escrutínio público, por parte de todos os atores que direta ou indiretamente interveem neste processo" (item 133 do Parecer Consultivo OC-24/7, grifos nossos).

9 Estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade.

10 Instituído pela Resolução CNJ nº 307/2019, o Escritório Social é um equipamento público de gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo, responsável por realizar acolhimento e encaminhamentos das pessoas egressas e pré-egressas do sistema prisional e seus familiares para as políticas públicas existentes, articulando uma política intersetorial e interinstitucional de inclusão social que se correlaciona e demanda iniciativas de diferentes políticas públicas estaduais e municipais, sistemas e atores da sociedade civil.



## A TOMADA DE DECISÃO

NOS CASOS ENVOLVENDO PESSOA CUSTODIADA,  
ACUSADA, RÉ, CONDENADA, PRIVADA DE  
LIBERDADE, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS  
PENAIIS OU MONITORADA ELETRONICAMENTE  
PERTENCENTE À POPULAÇÃO LGBTI

## 4

# A TOMADA DE DECISÃO NOS CASOS ENVOLVENDO PESSOA CUSTODIADA, ACUSADA, RÉ, CONDENADA, PRIVADA DE LIBERDADE, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS OU MONITORADA ELETRONICAMENTE PERTENCENTE À POPULAÇÃO LGBTI

Conforme mencionado, o reconhecimento da pessoa como integrante da população LGBTI será feito, exclusivamente, por meio da **autodeclaração** colhida em qualquer fase do procedimento penal ou socioeducativo. A partir da autodeclaração, a Resolução CNJ nº 348/2020 elenca três aspectos concernentes às pessoas autoidentificadas LGBTI que comportam **especial atenção** de magistrados e magistradas **no momento das decisões**, com o intuito de assegurar o **devido acesso a todos os direitos que lhes são garantidos, sejam gerais ou específicos**.

Serão trazidas abaixo questões importantes a serem observadas na tomada de decisão, divididas da seguinte forma: **(i)** definição do local de privação de liberdade; **(ii)** relatos de violência ou grave ameaça e **(iii)** especificidades de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e homens transexuais.

## I. Definição do local de privação de liberdade

A alocação de pessoas autodeclaradas LGBTI em unidades prisionais e socioeducativas deve ser realizada com grande cautela, garantindo-se **informação suficiente e consulta à pessoa interessada** acerca do estabelecimento onde prefere ser custodiada. Essa metodologia é recomendada em diversos âmbitos, como pelo Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura<sup>11</sup> e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>12</sup>, sendo integralmente adotada pela Resolução CNJ nº 348/2020.

Assim, conforme dispõe o artigo 7º da supramencionada Resolução, a decisão sobre o local de privação de liberdade será proferida após **questionamento da preferência da pessoa presa**, que poderá ser efetuado em qualquer momento da persecução penal e da execução da pena. Será, ainda,

11 Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura durante apresentação feita perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 23 de outubro de 2015 (157º período de sessões, Situação dos Direitos Humanos das Pessoas LGBT privadas de liberdade na América Latina).

12 Nota Técnica nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/ DIRPP/DEPEN/MJ.

garantida a **possibilidade de alteração do local de custódia**, com o intuito de assegurar os objetivos gerais da Resolução CNJ nº 348/2020. O mesmo se aplica à estrutura da **justiça juvenil**, garantindo-se ao/à adolescente ou jovem, desde o processo de apuração de ato infracional até o fim da execução da medida socioeducativa, a indicação da unidade onde prefira cumprir o período de internação.

A despeito de tal questionamento ser possível em qualquer momento, cabe ao/à magistrado/a concretizá-lo, quando no sistema de justiça criminal, na **audiência de custódia** realizada após a prisão em flagrante ou em cumprimento do mandado de prisão, e na **audiência de apresentação** em procedimentos da justiça juvenil. No mais, a pessoa poderá ser indagada na **prolação de sentença condenatória** e em **audiência na qual seja decretada a privação de liberdade**, devendo a preferência de local constar, **formalmente**, da decisão ou sentença judicial que determinará o cumprimento da medida estabelecida (art. 8º, §§1º e 2º da Resolução CNJ nº 348/2020, respectivamente).

A escuta acerca da opinião da pessoa privada de liberdade sobre a definição do local para sua custódia pelo Estado, após obter todos os esclarecimentos por parte da autoridade judiciária, é de extrema relevância, pois diz respeito ao **local mais apropriado e adequado à identidade de gênero** da pessoa custodiada e/ou ao **local que lhe propiciará maior segurança, sem que isso signifique qualquer tipo de castigo ou prejuízo aos direitos da população LGBTI**.

Importante ressaltar que a possibilidade de manifestação da preferência quanto ao lugar onde se dará a privação de liberdade, bem como de eventual alteração, **deverá ser comunicada, expressamente, à pessoa autodeclarada como parte da população LGBTI, em linguagem simples e acessível**. Devem, ainda, ser **apresentadas todas as informações necessárias** para permitir à interessada que faça a escolha por ela considerada mais adequada.

Tal comunicação deve explicar, detalhadamente e de forma compreensível, sobre **(i)** a estrutura dos estabelecimentos disponíveis na respectiva área, **(ii)** a localização de unidades masculinas e femininas e **(iii)** a existência de alas ou celas específicas para a população LGBTI, bem como sobre **(iv)** os reflexos da escolha na convivência e no exercício de direitos (art. 8º, inc. I da Resolução CNJ nº 348/2020), que não deverá significar a exclusão de acesso a direitos concedidos à população do mesmo estabelecimento.

Dentre as alternativas de alocação disponibilizadas pela Resolução CNJ nº 348/2020, **pe-soas autodeclaradas transgênero, autoidentificadas como homem ou mulher, devem ser questionadas sobre a preferência pela custódia em unidade feminina, masculina ou específica**, caso exista na região. Definida a unidade, **podem opinar acerca da preferência pela detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas**, onde houver.

Por sua vez, também conforme a Resolução CNJ nº 348/2020, **pe-soas autodeclaradas parte da população gay, lésbica, bissexual, intersexo ou travesti devem ser indagadas acerca da preferência pela custódia no convívio geral ou em alas ou celas específicas**.



Contudo, é digno de nota que, para fins de aplicação dos artigos 7º e 8º da citada Resolução deve-se atentar, na análise do caso concreto, às disposições da Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, em especial ao disposto no art. 21, que assim estabelece:

*Art. 21. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento:  
Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.*

Há, ainda, de acordo com o texto da Resolução, a possibilidade de que pessoas **autodeclaradas transexuais** optem por cumprir pena em unidade feminina, masculina ou específica, se existente, e na unidade escolhida, possam optar pela detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas, onde houver.

Tal opção é recomendada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) na Nota Técnica nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ; documento que embasou a decisão proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, em 18 de março de 2021, ao julgar pedido de Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 527, **garantindo a possibilidade para mulheres transexuais e travestis**.

A referida diretriz encontra embasamento, também, no entendimento da **Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)**, exarado na Opinião Consultiva OC-24/7/2017, pela qual se destacou que a orientação sexual, a identidade de gênero e a expressão de gênero são protegidas pelo art. 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Essa garantia foi aclamada pela **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)** no mais recente relatório sobre os direitos humanos no Brasil. Para a Comissão, a existência da possibilidade de escolha “representa importante passo para que a privação de liberdade deixe de resultar em violações múltiplas para grupos vulneráveis e estigmatizados, avançando com a aplicação dos princípios da igualdade e não discriminação com base na identidade e/ou expressão de gênero” (CIDH, 2021, p. 70).

E como bem ressaltado no §3º do artigo 7º da Resolução CNJ nº 348/2020, a alocação da pessoa autodeclarada como parte da população LGBTI em determinada unidade prisional ou socioeducativa, definida após escuta à interessada, **não poderá resultar na perda de qualquer direito em relação às demais pessoas custodiadas no mesmo lugar**, especialmente quanto ao acesso a trabalho e estudo, atenção à saúde, alimentação, higiene, assistência material, social ou religiosa, banho de sol, visitação e outras rotinas existentes no estabelecimento.

Portanto, considerando também o estabelecido pelo artigo 5º da Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984), o **critério preferencial** para a definição, pelo magistrado ou magistrada, do local de detenção da pessoa autodeclarada LGBTI será a **manifestação de vontade** de acordo com sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Reitera-se a validade do mesmo critério para **adolescentes e**

**jovens** apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa que se autodeterminem pertencentes à população LGBTI, conforme previsto pelo artigo 15 da Resolução CNJ nº 348/2020.

Por fim, é possível a quem exerça a função de **Corregedoria de Justiça**, sendo responsável por inspecionar os espaços de privação de liberdade, averiguar com as pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI **onde realmente estão alocadas** e se, após o período correspondente à definição inicial, **confirmam** a escolha declarada. Caso seja necessário, tal magistrado ou magistrada **pode tomar as providências devidas para que essas pessoas fiquem no local por elas considerado mais adequado**.

## II. Relatos de violência ou grave ameaça

Como tem sido demonstrado, a já degradante experiência da privação de liberdade expõe as pessoas autodeclaradas LGBTI a violências ainda maiores. Em 2015, o **Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura (SPT)** relatou ter recebido, oriundas de unidades prisionais, inúmeras “denúncias de espancamento, violência sexual, isolamento e formas direcionadas de violência, incluindo os chamados ‘estupros corretivos’ de mulheres lésbicas, e o espancamento intencional dos seios e dos rostos (bochechas) de mulheres trans, de forma a provocar o rompimento de implantes e a liberação de substâncias tóxicas”<sup>13</sup>.

Mulheres lésbicas, homens gays e pessoas bissexuais ou transgênero relatam **taxas mais altas de violência física, psicológica ou sexual** do que a população privada de liberdade em geral – violência essa não perpetrada apenas por companheiros/as de custódia, mas também pela polícia e por outros agentes institucionais. E a despeito da superioridade de tais índices, **o medo de represálias e a falta de confiança nos mecanismos de reclamação** costumam impedir as denúncias dos abusos e maus-tratos<sup>14</sup>.

Quanto à realidade brasileira, em novembro de 2018, ao emitir Resolução sobre as Medidas Provisórias no caso do Complexo Penitenciário de Curado, em Recife/PE, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) ordenou ao Estado brasileiro que adotasse, urgentemente, **medidas concretas para garantir a vida e a integridade pessoal da população LGBTI privada de liberdade**.

Diante desse panorama, a Resolução CNJ nº 348/2020 apresenta diretrizes sobre como as autoridades judiciais devem agir ao tomarem conhecimento acerca de relatos de violência e grave

13 Oitavo Relatório Anual do Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, 26 de março de 2015, §67.

14 Com base em anotação do Relator Especial sobre a Tortura à Assembleia Geral da ONU, publicada no *Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*, 5 de janeiro de 2016, A/HRC/31/57, p. 10.

ameaça contra pessoas autodeclaradas LGBTI em privação de liberdade. Em tais casos, prevê o artigo 9º que, havendo **prévio requerimento e oitiva da pessoa interessada**, a análise de eventual **pedido de transferência** para outro estabelecimento deverá ser **priorizada**. Ademais, reitera-se ser **vedada a transferência compulsória entre locais de custódia como forma de sanção, punição ou castigo** da pessoa autodeclarada LGBTI (art. 11, inc. VII, "a").

E dado o temor de represálias caso denunciem os atos de violência às autoridades, as pessoas autodeclaradas LGBTI em privação de liberdade também devem receber a **opção de confidencialidade** ao relatar abusos, principalmente sexuais, nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos, em consonância ao garantido pelo artigo 5º da Resolução CNJ nº 348/2020 e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Tais precauções visam preservar a intimidade, a vida privada, a identidade, os dados pessoais e a imagem da pessoa denunciante; podendo a autoridade judicial, inclusive, **determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações**.

Salienta-se que **qualquer pessoa privada de liberdade vitimada por alguma espécie de violência**, como física, sexual ou psicológica, deve receber, prontamente, **atendimentos médico, psicológico e social**, além de outras providências que se mostrem necessárias, como a **inclusão em programas de proteção e o encaminhamento à rede de saúde e proteção social**, podendo contar com apoio de equipe multiprofissional.

### III. Especificidades de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e homens transexuais

Nos últimos anos, observa-se uma maior visibilidade, na esfera pública, de populações específicas em privação de liberdade, como as mulheres e as pessoas autodeclaradas LGBTI, sendo também crescente o engajamento por parte de movimentos sociais, organizações e instituições em torno de suas demandas. O marcador "gênero", portanto, não define apenas mulheres ou população LGBTI privadas de liberdade; é categoria-chave para se entender a privação de liberdade e as múltiplas relações que dela emergem e nela se produzem.

Nesse âmbito, em 2016 foi promulgada a Lei nº 13.257, também conhecida como "Marco Legal da Primeira Infância", que determinou a inclusão dos incisos IV, V e VI no artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP). Tais incisos preveem, respectivamente, a possibilidade de **substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for mulher gestante ou com filho de até doze anos de idade incompletos** (incisos IV e V), ou **homem, caso seja o único responsável pelos cuidados de filho de até doze anos incompletos** (inciso VI). O mesmo artigo ainda prevê a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar para **qualquer pessoa imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência** (inciso III).

Após o julgamento do *Habeas Corpus* Coletivo nº 143.641/SP pelo Supremo Tribunal Federal<sup>15</sup>, foi aprovada a Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018, que consolidou no Código de Processo Penal critérios objetivos de substituição da prisão preventiva por prisão albergue domiciliar. A referida lei estabeleceu como **únicas condições impeditivas** (i) não ter praticado crime com violência ou grave ameaça a pessoa e (ii) não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente. Inexiste, portanto, previsão que limite a aplicação de tais direitos em razão da identidade de gênero ou mesmo da orientação sexual da pessoa beneficiária.

Assim, o artigo 10 da Resolução CNJ nº 348/2020 reitera a **excepcionalidade da prisão** provisória também às pessoas LGBTI gestantes, lactantes, mães e responsáveis por crianças menores de doze anos ou pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 318 e 318-A do CPP. Destaca-se, ainda, que a **progressão de regime** prevista no artigo 112, §3º da Lei de Execução Penal (LEP), garantida às mulheres gestantes ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência é, igualmente, aplicável às mulheres lésbicas, transexuais e travestis, bem como aos homens transexuais.

---

15 Importante destacar que a decisão do HC Coletivo nº 143.641/SP também foi estendida, pelo STF, a adolescentes e jovens sujeitas a medidas socioeducativas. Sendo vedado o tratamento mais gravoso àquele conferido a pessoas adultas (art. 35, inciso I da Lei do SINA-SE), os **direitos garantidos pelo artigo 10 da Resolução CNJ nº 348/2020 devem ser, integralmente, assegurados a adolescentes e jovens autodeclarados/as LGBTI em cumprimento de medida socioeducativa.**



**TRATAMENTO  
DA POPULAÇÃO  
LGBTI PRIVADA  
DE LIBERDADE**

## 5 TRATAMENTO DA POPULAÇÃO LGBTI PRIVADA DE LIBERDADE

Conforme prevê o artigo 11 da Resolução CNJ nº 348/2020, o juiz ou a juíza da execução penal ou socioeducativa, no exercício de sua competência de fiscalização, deverá zelar para que, nos estabelecimentos prisionais e de atendimento socioeducativo onde houver pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI em privação de liberdade, seja garantida **assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa**, sem qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero.

São, assim, ratificados os direitos sociais da população LGBTI privada de liberdade, já previstos na Lei de Execução Penal, na Resolução Conjunta nº 1/2014 CNPCP/CNCD/LGBTI<sup>16</sup> e em outras normativas nacionais ou internacionais, com o reforço de que **a autodeclaração e a custódia em espaços específicos não devem prejudicar o acesso a serviços e o exercício de direitos nos estabelecimentos destinados à privação de liberdade.**

Como disposto no próprio artigo 11 da Resolução CNJ nº 348/2020 (inciso VI), é dever do magistrado ou da magistrada garantir que os espaços de vivência específicos para as pessoas autodeclaradas LGBTI **não sejam utilizados para aplicação de medida disciplinar ou qualquer método coercitivo a elas ou a outras pessoas presas.** Devem ser assegurados, inclusive, **procedimentos de movimentação interna que garantam o acesso aos ambientes onde são ofertadas as assistências à saúde, educacional, social, religiosa, material e ao trabalho;** sendo vedado qualquer ato discriminatório que, fundado nas especificidades, venha a privar a população LGBTI do acesso a tais serviços e direitos.

De forma detida, magistrados e magistradas, bem como outros atores e atrizes dos sistemas de justiça criminal e juvenil, devem proceder em consonância ao explicitado nos itens a seguir, com o intuito de garantir o pleno acesso das pessoas autodeclaradas LGBTI em privação de liberdade a todos os direitos cabíveis, sejam gerais ou específicos à população que compõem.

---

16 A Resolução Conjunta proposta pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC) e pelo Comitê Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), publicada em 17 de abril de 2014, estabelece que as pessoas LGBTI privadas de liberdade têm direito a visitas conjugais (art. 6º) e ao acesso à saúde (art. 7º), à educação (art. 9º), à formação profissional (art. 10º) e à assistência financeira (art. 11) para seus dependentes, de acordo com os mesmos critérios utilizados para a população carcerária em geral. Além disso, homens e mulheres transgêneros, incluindo-se as travestis, têm previsto o direito de vestir roupas de acordo com sua identidade de gênero (art. 5º), à manutenção do tratamento hormonal e ao acompanhamento de saúde específico (art. 7º, parágrafo único).

## I. Assistência à saúde

Os já apresentados Princípios de Yogyakarta, específicos a direitos e garantias de pessoas autodeclaradas LGBTI, preceituam aos Estados signatários, como o Brasil, a obrigação de

*Fornecer acesso adequado à atenção médica e ao aconselhamento apropriado às necessidades das pessoas sob custódia, reconhecendo qualquer necessidade especial relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero, inclusive no que se refere à saúde reprodutiva, acesso à informação e terapia de HIV/Aids e acesso à terapia hormonal ou outro tipo de terapia, assim como a tratamentos de reassignação de sexo/gênero, quando desejado (Princípio 9, grifos nossos).*

Em conformidade à previsão internacional, dispõe o artigo 7º da Resolução Conjunta nº 1/2014 CNPCP/CNCD/LGBT ser garantida à população LGBTI em privação de liberdade “a **atenção integral à saúde**, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP” (grifos nossos).

A Lei de Execução Penal também prevê, no artigo 14, que a assistência à saúde da pessoa presa compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. Detalha, ainda, que caso o estabelecimento penal não esteja “aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento”, além de assegurar o “acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido” (§§2º e 3º, art. 14 da LEP). Destaca-se que tais direitos relativos ao acompanhamento em saúde relacionado ao pré-natal, parto e pós-parto devem ser assegurados também aos homens transexuais que se encontrem nessa situação, sem prejuízo de garantia de outros direitos.

No mesmo sentido, a **atenção integral à saúde de adolescentes e jovens é basilar ao Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**, conforme estabelecido pela Lei nº 12.594/2014 e por todas as normativas específicas sobre o bem-estar, a vida, a segurança e a integridade física e moral no contato com a justiça juvenil, a exemplo das Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, popularizadas como “Regras de Havana”<sup>17</sup>.

Por essa relevância, no âmbito do sistema socioeducativo, assim como no prisional, também há uma política de saúde própria. Trata-se da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), regu-

---

<sup>17</sup> Segundo as Regras de Havana, **todos/as os/as adolescentes e jovens** “deverão receber cuidados médicos apropriados, tanto preventivos como terapêuticos, incluindo cuidados de estomatologia, oftalmologia e saúde mental, assim como produtos farmacêuticos e dietas especiais, de acordo com indicação médica” (Regra 49).

lamentada pela Portaria MS nº 1.082/2014. No inciso II do artigo 9º da referida Portaria, está prevista a abrangência da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens pela PNAISARI.

Os cuidados médicos regulamentados pela PNAISP e PNAISARI devem, sempre que possível, ser viabilizados por meio dos adequados **serviços de saúde da comunidade** onde se situa o estabelecimento de privação de liberdade, a fim de prevenir a estigmatização e promover o respeito individual e a integração do/a adolescente e jovem na comunidade. No Brasil, especificamente, a garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde de pessoas presas ou em cumprimento de medidas socioeducativas deve ocorrer por meio de referência e contrarreferência, de acordo com as regras do **Sistema Único de Saúde (SUS)**.

Nesse contexto, o direito à saúde no ambiente penitenciário e socioeducativo deve observar as diferentes necessidades de pessoas autodeclaradas LGBTI, sendo a **equidade** um **princípio fundamental do SUS**. Muitas vezes, o **estigma e a discriminação** atuam como graves empecilhos ao acesso e uso dos serviços de saúde pela população LGBTI, podendo acarretar em negativa de provimento de cuidados, assistência precária e tratamento ofensivo ou arbitrário<sup>18</sup>.

Por esse motivo, o atendimento das demandas da população LGBTI privada de liberdade deve ocorrer de forma abrangente, com uma verdadeira **articulação multidisciplinar entre os polos de atuação da saúde pública**. Detidamente, podem ser destacados os direitos específicos listados no artigo 11 da Resolução CNJ nº 348/2020; fornecendo-se, quando possível, diretrizes que possam auxiliar magistrados e magistradas a garantirem o devido acesso a todas as pessoas autodeclaradas LGBTI privadas de liberdade no país.

Um rápido exame das estatísticas permite concluir que a população encarcerada no Brasil é, majoritariamente, **pobre e negra**, com um crescente aumento da representatividade de **mulheres e pessoas autodeclaradas LGBTI**. Diante desse panorama, a já apresentada **visão interseccional** é muito importante, especialmente quando se trata de populações vitimadas por ocuparem categorias diversas, como raciais, étnicas, de gênero e classe, entre muitas outras. Recomenda-se às autoridades judiciais que fundamentem, sempre que possível, suas decisões também em **políticas específicas**, como na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o intuito de **garantir tanto os direitos gerais quanto os singulares** a pessoas vulnerabilizadas de forma consubstancial.

18 De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o estigma e a discriminação configuram uma grande barreira para o acesso e a utilização dos serviços de saúde para as pessoas LGBTI, sendo "importante compreender melhor as causas e desenvolver respostas inovadoras do sistema de saúde para atender às suas necessidades específicas e diferenciadas". Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5318:estigma-e-discriminacao-sao-as-principais-barreiras-a-saude-para-a-populacao-lgbt&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5318:estigma-e-discriminacao-sao-as-principais-barreiras-a-saude-para-a-populacao-lgbt&Itemid=820). Acesso em: 31 abr. 2021.



### a) Direito ao tratamento hormonal e sua manutenção

Em relatório lançado no mês de março de 2021, sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) afirmou, com preocupação, que muitas pessoas transgênero e intersexo não recebem tratamento hormonal durante o período de privação de liberdade. Este fato contraria disposições como as da Resolução Conjunta nº 1/2014 CNPCP/CNCD/LGBT, que assegura o direito de pessoas transgênero à manutenção do tratamento hormonal e ao acompanhamento de saúde específico (art. 7º, parágrafo único).

Com efeito, **nem todas as pessoas transexuais, travestis e intersexuais desejam realizar a hormonização ou outras intervenções corporais**, sendo a identidade de gênero unicamente pessoal e independente de validações externas. **No entanto, a possibilidade deve ser garantida a quem a demandar.**

O abandono compulsório do tratamento hormonal pode ter diversas consequências, tanto físicas quanto psicológicas. Para evitar tais questões, a Resolução CNJ nº 348/2020 garante à pessoa autodeclarada LGBTI privada de liberdade ou em cumprimento de alternativas penais e monitoração eletrônica o **direito ao tratamento hormonal e sua manutenção**, caso deseje. E cabe à autoridade judicial zelar pela concretização dessa garantia.

As **Unidades Básicas de Saúde Prisional (UBSp)** configuram a estratégia da PNAISP à garantia do acesso, das pessoas em privação de liberdade, ao cuidado integral no SUS. Adicionalmente, a Portaria nº 2.803/2013, do Ministério da Saúde, redefiniu e ampliou o **processo transexualizador disponibilizado pelo SUS**, garantindo medidas como o tratamento ginecológico, urológico e endocrinológico para pessoas transexuais, travestis e intersexo.

Considerando-se as previsões de ambos os atos normativos, bem como de todas as demais sobre o tema, nacionais e internacionais, magistrados e magistradas atuantes na execução penal ou de medidas socioeducativas podem **diligenciar**, junto às administrações prisionais ou socioeducativas, e também ao serviço de saúde estatal, para que sejam aplicados os **protocolos de hormonização** já vigentes<sup>19</sup>. Podem, ainda, demandar o fornecimento de fármacos cuja dispensação exista no âmbito do SUS, além de **garantir**, perante a administração prisional ou socioeducativa, **a entrada de medicamentos no momento das visitas nas unidades**<sup>20</sup>.

---

19 Cabe à autoridade judicial zelar por todas as medidas previstas nos protocolos, como pela necessidade de avaliações psicológicas e psiquiátricas durante um período de dois anos, com acompanhamentos e diagnóstico final que pode encaminhar ou não a paciente para cirurgias de modificação corporal (Portaria MS nº 2.803/2013).

20 Tais medicamentos podem ser entregues por qualquer categoria de visitantes, como famílias estendidas e amigos/as, em concorrência às disposições do artigo 11, inciso V da Resolução CNJ nº 348/2020.

## **b) Acompanhamento de saúde específico e garantia de testagem**

Outro aspecto verificado pela CIDH ao relatar a situação dos direitos humanos no Brasil foi a constatação de que, apesar da adoção de algumas medidas que incorporam a perspectiva de gênero em centros penitenciários, **subsiste a falta de atendimento médico a mulheres e à população LGBTI**. Em particular, com relação à assistência médica para mulheres, a Comissão

*[...] observou que em muitos estabelecimentos as mulheres não recebem serviços ginecológicos ou mesmo têm acesso aos produtos necessários para a higiene feminina. Recentemente, a CIDH também foi informada sobre a falta de alimentação adequada para as gestantes (CIDH, 2021, pp. 72-73).*

A esse respeito, a Comissão destaca que, segundo os Princípios e Boas Práticas para a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas, **as mulheres privadas de liberdade têm direito a cuidados médicos especializados**, capazes de responder, adequadamente, às suas características físicas e biológicas, bem como às necessidades de saúde reprodutiva. Além disso, pontua que os Estados devem fornecer, com regularidade, os itens essenciais para as próprias necessidades de saúde das mulheres; **sendo as ressalvas também aplicáveis a homens transexuais**.

Com relação às **mulheres transgênero**, a CIDH rememora ser obrigação dos Estados o fornecimento de assistência médica que reconheça qualquer necessidade específica com base na identidade e/ou expressão de gênero, nos termos já consignados pelos Princípios de Yogyakarta.

Em virtude de recomendações como as proferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Resolução CNJ nº 348/2020 reforça o direito de que a população LGBTI em privação de liberdade tenha **acesso a um acompanhamento de saúde específico**, principalmente às pessoas convivendo com HIV, tuberculose (TB), HIV-TB e coinfeções, além de outras doenças crônicas e infecciosas ou deficiências, bem como em razão de demandas consequentes ao processo transexualizador.

Prevê a garantia de testagem, **não obrigatória**, para doenças infectocontagiosas como HIV, tuberculose e coinfeções, e para outras enfermidades crônicas e infecciosas ou deficiências. Desse modo, aponta a **necessidade de especial atenção às pessoas**, não somente autodeclaradas LGBTI, que vivem com HIV/Aids, bem como àquelas que apresentam quadro clínico de tuberculose e coinfeções, além de outras doenças crônicas, infecciosas e deficiências.

Ressalta-se o **dever de zelo** da autoridade judicial pela garantia a tais direitos, podendo **demandar condutas da administração prisional, socioeducativa ou dos serviços públicos de saúde**. Pode, ainda, **instar os mesmos entes a realizarem diversas ações**, como a distribuição isonômica de preservativos e insumos para prevenção de ISTs, a exemplo de gel lubrificante.

### c) Garantia de atendimento psicológico e psiquiátrico

Historicamente, pessoas autodeclaradas LGBTI são **expostas a diversas violências, sejam de ordem física, material, simbólica e/ou psicológica**. Práticas culturais como a falta de disposição em valorizar diferentes vivências de gênero, a ausência de discussão sobre diversidade e pluralidade nas escolas e a disseminação de padrões cis-heteronormativos, entre outras, contribuem para a estigmatização, o isolamento e a vulnerabilidade da população LGBTI.

Tais violências são agravadas em um contexto de total escassez como a privação de liberdade institucionalizada, imposta em espaços de múltiplas segregações que reproduzem papéis sociais típicos e fortalecem as agressões já enfrentadas, fora dos muros, pelas pessoas a eles relegadas. Por tal motivo, dispõe a 25ª Regra de Mandela que

*Toda unidade prisional deve contar com um serviço de saúde incumbido de avaliar, promover, proteger e melhorar a **saúde física e mental** dos presos, prestando particular atenção aos presos com necessidades especiais ou problemas de saúde que dificultam sua reabilitação.*

*Os serviços de saúde devem ser compostos por **equipe interdisciplinar**, com pessoal qualificado suficiente, atuando com total independência clínica, e **deve abranger a experiência necessária de psicologia e psiquiatria** (grifos nossos).*

Em complemento, as Regras de Bangkok são pioneiras ao apresentarem preocupação específica quanto à saúde mental das mulheres presas, prevista em duas específicas (Regras 12 e 13). E somando-se às vivências LGBTI, preceituam os Princípios de Yogyakarta que **toda pessoa tem direito ao padrão mais alto possível de saúde física e mental**, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero; sendo a saúde sexual e reprodutiva um aspecto fundamental à garantia desse direito (Princípio 17).

Diante de tais considerações, nos termos da Resolução CNJ nº 348/2020, cabe à autoridade judicial **garantir a prestação de atendimento psicológico e psiquiátrico** às pessoas autodeclaradas componentes da população LGBTI em privação de liberdade, considerando o inevitável agravamento da saúde mental dessa população em situações ainda mais limitantes e potencializadoras das violências sociais.

Além do atendimento psicológico e psiquiátrico às pessoas autodeclaradas LGBTI privadas de liberdade, a Resolução CNJ nº 348/2020 orienta que o **direito ao atendimento psicossocial deve abarcar ações contínuas também dirigidas aos visitantes**, em respeito aos princípios de igualdade e não discriminação, bem como do direito ao autorreconhecimento<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Reiterando o disposto pelo artigo 15 da Resolução CNJ nº 348/2020, a disponibilidade de atendimento psicológico e psiquiátrico deve ser estendida a adolescentes e jovens apreendidos/as, processados/as por cometimento de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa que se autodeterminem pertencentes à população LGBTI, bem como a seus visitantes.

#### **d) Cuidados especiais: COVID-19**

A mesma Comissão Interamericana de Direitos Humanos supramencionada, ao divulgar "Informe sobre Pessoas Trans e de Gênero Diverso e seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais", no ano de 2020, apontou que, com o advento da pandemia de COVID-19, **as pessoas LGBTI têm sido especialmente afetadas pela crise**, por vivenciarem condições preexistentes de violência, exclusão e carência. Destaca, ainda, a invisibilidade à qual as pessoas LGBTI e, particularmente, as transgênero, têm sido relegadas na formulação de políticas em resposta às emergências nacionais e globais, como os planos de assistência humanitária e a reativação econômica.

Nesse contexto, a CIDH recomenda **(i)** a inclusão social de pessoas LGBTI nas medidas de reativação econômica; **(ii)** a adoção de protocolos de atenção à saúde e a denúncias sobre violência de gênero e doméstica; **(iii)** o fortalecimento de políticas que garantam o respeito à identidade de gênero no âmbito hospitalar, garantindo-se a continuidade de serviços de saúde prestados a pessoas transgênero antes da crise sanitária; e **(iv)** a adoção de campanhas de prevenção e combate à homofobia, transfobia e discriminação baseada na orientação sexual, assegurando a proteção ao direito à expressão de gênero.

Como se sabe, a calamitosa situação dos sistemas penitenciário e socioeducativo no Brasil é agravada, em muito, pela pandemia de COVID-19. A vida de milhares de pessoas privadas de liberdade, assim como de familiares e de quem mais estiver nas proximidades, sofre com os efeitos da crise generalizada. Fatores como a superlotação e as péssimas condições estruturais dos estabelecimentos prisionais e socioeducativos contrariam as recomendações de biossegurança de órgãos técnicos de saúde, acentuando a vulnerabilidade de populações como a LGBTI.

Por tal motivo, recomendações como as da CIDH devem ser adaptadas à realidade dos sistemas brasileiros de justiça criminal e juvenil, **considerando-se as particularidades relacionadas ao gênero, bem como aos demais marcadores da diferença social**, em decisões, atos judiciais, implementação de planos de contingência, modificação de regimes e outras medidas de gestão da pandemia adotadas por autoridades judiciais e Tribunais de Justiça.

A título exemplificativo, as autoridades judiciais podem **fiscalizar o cumprimento** de regras de visitação e entrega de alimentos, remédios e outros itens essenciais, como de higiene, em unidades prisionais e socioeducativas. Podem também **demandar a prestação de serviços** como os oferecidos pelas Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração e pelo Serviço de Atenção à Pessoa Egressa, com foco em garantir a integridade, a segurança e a saúde, tanto física quanto mental, da população LGBTI e de suas pessoas próximas.

Ademais, magistrados e magistradas devem zelar, primordialmente, pela vida e pelo bem-estar de pessoas autodeclaradas LGBTI que estejam privadas de liberdade durante o período da crise sanitária, **com especial atenção àquelas que integram o grupo de risco à contaminação por COVID-19**. Pessoas idosas, gestantes e com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras co-

morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, como diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, **devem ter a prioridade nos atendimentos de saúde e de outras demandas avaliadas, com rapidez, pela autoridade judicial.**

As autoridades judiciais devem, igualmente, **priorizar medidas alternativas à prisão e à internação em todas as fases do procedimento penal ou de cumprimento de medida socioeducativa;** sugerindo-se a observância, em suas decisões, das seguintes previsões: **(i)** Recomendação CNJ nº 62/2020; **(ii)** Recomendação CNJ nº 91/2021; **(iii)** Declaração da Corte IDH nº 01/2020; **(iv)** Resolução nº 01/2020 da CIDH; **(v)** Resolução nº 04/2020 da Corte IDH, que versa sobre os direitos humanos de pessoas com COVID-19; e **(vi)** Recomendação Conjunta nº 1, de 9 de setembro de 2020, que trata da gestão da pandemia no sistema socioeducativo.

Ainda devem ser **verificadas, respeitadas e, sempre que possível, cumpridas** todas as demais recomendações de órgãos nacionais e internacionais, como da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

## II. Assistência religiosa

De acordo com o disposto no inciso II do artigo 11 da Resolução CNJ nº 348/2020, é garantida à pessoa autodeclarada LGBTI o direito à assistência religiosa, **condicionada à sua expressa anuência**, nos termos da Lei nº 9.982/2000, do artigo 24 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e das demais normas que regulamentem o tema. Por ser indispensável, caso a anuência não possa ser manifestada pela pessoa privada de liberdade, poderá ser expressada por cônjuges, companheiros/as ou demais familiares, em conformidade ao recomendado pela Nota Técnica nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ.

Ademais, a liberdade religiosa e de culto será garantida, **em iguais condições**, à população LGBTI, bem como a possibilidade de objeção em receber a visita de representante religioso ou sacerdote, ou de participar de celebrações religiosas de qualquer tipo. Recomenda-se o **questionamento** à pessoa autodeclarada LGBTI, no período de triagem ou de classificação no sistema carcerário, quanto à religião ou crença por ela eventualmente professada, e se deseja assistência dessa natureza, como visitas de representantes e participação em celebrações religiosas. O mesmo questionamento vale a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa que se autodeclarem LGBTI, devendo ser realizado no momento adequado.

Cabe ainda ser ressaltado que **a prática religiosa jamais poderá ser utilizada contra a vontade de pessoas autodeclaradas LGBTI.** Tal conduta configuraria grave violação de direitos, passível de enquadramento como tortura, além de contrariar as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela).

### III. Acesso ao trabalho, à educação e às demais políticas ofertadas nos estabelecimentos prisionais e socioeducativos

A Resolução CNJ nº 348/2020 prevê o dever de autoridades judiciais garantirem a **não discriminação e o oferecimento de oportunidades, em iguais condições, em todas as iniciativas realizadas dentro do estabelecimento prisional ou socioeducativo**. Nesse sentido, eventual isolamento ou alocação em espaços de convivência diferenciados, como alas, celas ou alojamentos específicos, **não pode representar qualquer impedimento ao oferecimento de vagas e oportunidades**, como de estudo, aprendizagem e trabalho.

O magistrado ou a magistrada deverá zelar para que a pessoa autodeclarada LGBTI privada de liberdade, em igualdade de condições, tenha **acesso e continuidade de formação educacional e profissional, oferecida sob a responsabilidade do Estado**. Tal zelo deve prezar pela integridade física, psíquica e moral da pessoa autodeclarada LGBTI, sendo **vedado o trabalho humilhante ou estigmatizante em razão da identidade de gênero e/ou orientação sexual**<sup>22</sup>. Para tanto, deve-se atender as demandas individuais com **acompanhamento do acesso e do cumprimento da medida**, atuando-se em represália aos casos de qualquer tipo de agressão.

#### a) Acesso ao trabalho

No âmbito da **formação profissional**, sugere-se à autoridade judicial que se informe quanto às possibilidades de oferta de vagas de capacitação e de trabalho nas oficinas ligadas ao **Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP**, oportunizando-as à população LGBTI privada de liberdade, de modo a possibilitar a integração ao mercado de trabalho ainda dentro do sistema penitenciário. Recomenda-se, ainda, **a consulta pela disponibilização de cotas de vagas** nas oficinas de trabalho financiadas pelo PROCAP ou demais iniciativas de inserção laboral dentro das unidades prisionais.

Essas disposições respeitam o preceituado pelas Regras de Mandela, que preveem o dever de garantia para que todas as pessoas reclusas e condenadas tenham a oportunidade de trabalhar (Regra 96). Cabe à autoridade judicial **demandar a inclusão, das pessoas autodeclaradas LGBTI privadas de liberdade, em oportunidades de capacitação profissional, trabalho e geração de renda ofertadas pelo Departamento Penitenciário Nacional**, visando a reintegração ao mercado de trabalho quando estiverem fora do ambiente prisional<sup>23</sup>.

22 Importante destacar que, no Brasil, como regra geral, o trabalho infantil é **proibido** para quem ainda não completou 16 anos, e permitido a partir dos 14 anos quando realizado na condição de aprendiz. Essa proibição pode ser estendida até os 17 anos, a depender do tipo de atividade.

23 De acordo com instruções apresentadas pela Nota Técnica nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ.

Quanto à **justiça juvenil**, determinam as Regras de Havana que “todas as normas nacionais e internacionais de proteção aplicáveis ao trabalho infantil e aos jovens trabalhadores devem aplicar-se aos jovens privados de liberdade” (Regra 44); estendendo-se, naturalmente, a adolescentes e jovens autodeclarados LGBTI.

Conforme previsto pelo §2º do artigo 429, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a **ofertar vagas de aprendizes a adolescentes usuários/as do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**, nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação firmados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.

#### **b) Acesso à educação**

De acordo com a Lei de Execução Penal, é **universal** o direito de acesso à educação por todas as pessoas presas. Assim está disposto no referido diploma:

*Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.*

*Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.*

*Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.*

Cabe ao Poder Judiciário zelar pela universalidade de tal direito. Isto posto, sugere-se a magistrados e magistradas que demandem, **do sistema estadual e municipal de ensino, do sistema estadual de justiça ou da administração penitenciária**<sup>24</sup>, sempre que necessário, a oferta, a todas as pessoas autodeclaradas LGBTI, do acesso a vagas para estudo formal. Em igualdade de condições, ainda se recomenda a magistrados/as que busquem a oportunização, a todas as pessoas autodeclaradas LGBTI em privação de liberdade, do **acesso à leitura com o objetivo de não apenas garantir conhecimento, mas também a remição da pena**, conforme a Resolução CNJ nº 391 de 10/05/2021, que estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.

No **sistema de justiça juvenil**, as Regras de Havana asseveram que cada jovem em idade de escolaridade obrigatória terá **direito a uma educação adequada às suas necessidades e capacidades**.

---

24 Competência atribuída pelo §1º do artigo 18-A, da Lei de Execução Penal.

A educação deverá ser ministrada, sempre que possível, **fora do estabelecimento socioeducativo, em escolas da comunidade** e, em qualquer caso, por professores/as qualificados/as por meio de programas integrados no sistema de ensino do país; de modo que, após a libertação, adolescentes e jovens possam prosseguir os estudos sem dificuldade (Regra 38).

Específico à realidade brasileira, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborado em 2013 com diretrizes e eixos operativos para o SINASE, além de prever a **garantia ao direito à sexualidade e saúde reprodutiva** de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com expresse respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, também apresenta critérios sobre o **acesso à educação de qualidade** que devem ser resguardados pela autoridade judicial competente.

É dever de magistrados/as garantirem a oferta e o acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura na unidade de atendimento socioeducativo e na articulação da rede, em meio aberto e semiliberdade, **inclusivas aos aspectos de gênero e sob a responsabilidade do Estado**. Ainda deve ser assegurado **o direito à educação para todos/as os/as adolescentes e jovens em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas**, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento fundante do sistema socioeducativo.

Nessa ordem de ideias, **cabe à autoridade judicial possibilitar a adolescentes e jovens que se autodeclararem LGBTI a oferta de oportunidades de estudo e formação em iguais condições a todas as outras pessoas em cumprimento de medida socioeducativa**, especialmente se internadas no mesmo local, sem qualquer espécie de discriminação negativa e nos termos da Resolução CNJ nº 348/2020.

## IV. Autodeterminação e dignidade

A Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNPCP/CNCD/LGBT nº 01 de 2014 dispõe, no artigo 5º, sobre o uso de roupas, manutenção de cabelos longos e caracteres secundários em conformidade à identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Nesse sentido, a Resolução CNJ nº 348/2020 garante a **mulheres transexuais e travestis** o direito de (i) utilizar **vestimentas lidas socialmente como femininas**; (ii) manter os **cabelos compridos**, inclusive com extensão capilar fixa, como *mega hair*, e (iii) o acesso controlado a **pinças para extração de pelos, a produtos de maquiagem e cosméticos**.



Para **homens transexuais**, assegura-se o direito de utilizarem **vestimentas socialmente tidas como masculinas e acessórios para a compressão de mamas**, a exemplo de *blinders* ou *toppers*, como instrumento de manutenção da sua identidade de gênero e, sempre que possível, recebendo instruções qualificadas sobre o uso.

No mais, às **pessoas intersexo** deve ser garantido o direito de usarem vestimentas e o acesso controlado a utensílios que **preservem a identidade de gênero autorreconhecida**. E é vedada a imposição de práticas que busquem adequar a aparência das pessoas autodeclaradas LGBTI à compreensão de terceiros, como a obrigatoriedade de cortarem os cabelos, realizarem procedimentos depilatórios ou vestirem uniformes cujo modelo divirja do gênero expressado.

Importante destacar que essas garantias devem ser adicionais a todas as demais pessoas que têm direito, e não excludentes, bem como que a manutenção do acesso a tais itens **independe da unidade** onde a pessoa esteja privada de liberdade, seja masculina ou feminina. Ainda cabe explicitar que não apenas a garantia de uso deve ser assegurada, como também a **entrada e o acesso dentro dos estabelecimentos penais e socioeducativos**.

Diante dessas previsões, cabe aos/às magistrados/as competentes **zelar pelo efetivo acesso da população LGBTI a todos os caracteres secundários** elencados na Resolução CNJ nº 348/2020, assim como a qualquer outro que, estando de acordo com os critérios de segurança estabelecidos pela administração penitenciária ou socioeducativa, seja demandado pela pessoa. O **respeito à expressão da identidade de gênero autodeclarada**, independentemente do estabelecimento onde a pessoa esteja privada de liberdade, é fundamental à **saúde mental** da população LGBTI privada de liberdade.

## V. Visitas

A Lei de Execução Penal dispõe, no inciso X do artigo 41, ser direito da pessoa presa receber **visita de cônjuge, companheiro/a, parentes e amigos/as**. Assim, a autoridade judicial competente poderá estabelecer regras especiais para visitação, consideradas as necessidades da pessoa presa e as datas comemorativas nacionais, bem como questões de logística e infraestrutura das unidades prisionais. E para que o direito à "visita social" seja garantido, os estabelecimentos devem contar com ambiente destinado à realização da visita e, eventualmente, de outras atividades sociais, diverso do ambiente de pátio de sol e das celas.

No que tange a adolescentes e jovens, o direito à convivência familiar e comunitária está insculpido no artigo 227 da Constituição Federal, assim como no artigo 4º do ECA. Assim, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários também é um dos eixos centrais da execução da medida socioeducativa, conforme estabelecido no SINASE e em diferentes normas internacionais

(por exemplo, nas Regras 8 e 59 a 62 de Havana). Nesse sentido, para se alcançar os objetivos pretendidos com a medida socioeducativa, a participação da família e da comunidade é elemento central durante seu cumprimento.

O direito à visita é bastante relevante, pois propicia contato com o mundo exterior, possibilitando, dentre outras coisas, pontos de apoio quando da saída do ambiente de privação de liberdade, sendo importante para a saúde mental, além de contribuir para a reinserção social e não reincidência - somada a outros fatores, como o acesso a direitos e políticas públicas. No caso da população LGBTI, a visita deve ser incentivada e não obstruída, tendo em vista a ausência ou escassez de apoio familiar e comunitário, muitas vezes vivenciados ainda em liberdade em decorrência de preconceito e discriminações.

Dentre o direito à visita social está o **direito ao exercício da visita íntima**, conceituada pela Resolução nº 01 de 1999, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), como "a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas".

A definição foi atualizada pela Resolução nº 4 de 2011, também do CNPCCP, que revogou a anterior e passou a dispor que a recepção pela pessoa presa, "homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro ou parceira", fosse **assegurada "às relações heteroafetivas e homoafetivas" (art. 1º), bem como que o direito à visita íntima é garantido "às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva" (art. 2º).**

Essa atualização ocorreu em consonância ao "Plano de Política Criminal e Penitenciária" vigente à época, que dispunha sobre o dever de respeito às diferenças para gerar igualdade de direitos e partia do pressuposto de que "as condições sexuais devem ser consideradas inclusive no campo criminal e penitenciário", **garantindo visita íntima também à população LGBTI.**

Outro documento que direcionou a modificação positivada pela Resolução nº 4 de 2011 foi o relatório do "Grupo de Trabalho Interministerial para Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino" (2008), editado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Tal documento estabelecia a necessidade de "garantia em todos os estabelecimentos prisionais do **direito à visita íntima para a mulher presa (hétero e homossexual)**". Em adição, preveem as Regras de Bangkok que "onde visitas íntimas forem permitidas, mulheres presas terão acesso a este direito do mesmo modo que os homens" (Regra 27), sem qualquer ressalva ao tipo de afeto permitido.

No entanto, a despeito de tais previsões, o exercício do direito às visitas, principalmente íntimas, sofre muitas limitações, como as determinadas pela infraestrutura dos estabelecimentos penais e socioeducativos. Para minimizar esses óbices, a Resolução CNJ nº 348/2020 assegura, no

inciso V do artigo 11, que **a visita social ocorra em espaço apropriado, em respeito à integridade e à privacidade das pessoas**, devendo-se evitar a realização em pavilhões ou celas.

Impede, ainda, a discriminação de visitas em razão da identidade de gênero ou orientação sexual, estendendo a possibilidade a **todas as relações socioafetivas declaradas pelas pessoas interessadas**, sem restrição às oficialmente reconhecidas e também incluindo outros círculos sociais, como de amizade. Ademais, deve ser garantido à população LGBTI o **direito a todos os formatos de visitas em igualdade de condições**, nos termos das supramencionadas Portaria nº 1.190/2008, do Ministério da Justiça, e da Resolução nº 4/2011, do CNPCP, **inclusive em relação a cônjuges ou companheiros/as em custódia no mesmo estabelecimento prisional**.

Nesse sentido, **a autoridade judicial deve garantir o acesso a visitas, também íntimas, por todas as pessoas privadas de liberdade**, a exemplo das autodeclaradas LGBTI, zelando pelos critérios atualizados pela Resolução CNJ nº 348/2020, tais como a **desnecessidade de certidões ou de qualquer documento formal para viabilização do direito**.

Cabe à autoridade judicial garantir que as visitas à população LGBTI **ocorram nas mesmas datas e com igual frequência das demais, sendo vedada a classificação como “visitas especiais”**, observada em muitos estabelecimentos penais e socioeducativos. Além disso, reitera-se a necessidade de **garantia de insumos de saúde também durante as visitas**, como a disponibilização de preservativos e lubrificantes a todas as pessoas, assegurando a real isonomia no acesso ao direito.



## ESTRUTURA DE APOIO

AOS TRIBUNAIS E ÀS  
AUTORIDADES JUDICIAIS  
NO TRATO DA POPULAÇÃO  
LGBTI EM CONTATO COM A  
JUSTIÇA CRIMINAL  
OU JUVENIL

## 6

## ESTRUTURA DE APOIO AOS TRIBUNAIS E ÀS AUTORIDADES JUDICIAIS NO TRATO DA POPULAÇÃO LGBTI EM CONTATO COM A JUSTIÇA CRIMINAL OU JUVENIL

Segundo consta do relatório “LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”, o ponto fundamental no tocante à experiência de encarceramento de pessoas LGBTI e nos procedimentos institucionais voltados para essa população “é a emergência da criação de um conjunto de normas e regulamentações que tenham a função de orientar as administrações penitenciárias, bem como os trabalhadores das unidades prisionais” (BRASIL, 2020, p. 126).

Ciente da necessidade de **informar e mobilizar** também as instituições do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça elaborou a Resolução CNJ nº 348/2020, no intuito de fortalecer a composição de um conjunto de regimentos cujo peso institucional colabore para minimizar a vulnerabilidade específica vivenciada pela população LGBTI, quando em contato com os sistemas de justiça criminal e juvenil.

Para tanto, os procedimentos judiciais que atendam às demandas das pessoas privadas de liberdade autodeclaradas LGBTI devem contar, em qualquer fase judicial, com o suporte de uma **equipe multidisciplinar** para, minimamente, garantir a ampla compreensão e atenção às complexas nuances subjetivas e sociais da questão, sem que isso represente qualquer condicionalidade ou patologização das demandas apresentadas pela população LGBTI. O suporte da equipe multidisciplinar objetiva fornecer **subsídios técnicos**, visando o acesso a programas, serviços e políticas públicas concernentes aos direitos da população LGBTI.

Os magistrados e as magistradas poderão solicitar o apoio das equipes multidisciplinares de atendimento psicossocial dos juízos, comarcas, seções e subseções judiciárias em qualquer momento do procedimento penal, **desde as audiências de custódia até as etapas da execução da pena**. O mesmo se aplica à estrutura da justiça juvenil, estando o suporte das equipes multidisciplinares disponível em qualquer fase do respectivo procedimento, ou seja, **desde o processo de apuração de ato infracional até o fim da execução da medida socioeducativa**.

Será garantido à pessoa autodeclarada LGBTI, quando do cumprimento de alternativas penais ou medidas de monitoração eletrônica, o respeito às especificidades listadas na Resolução CNJ nº 348/2020, **no primeiro atendimento e durante todo o cumprimento da determinação judicial, em todas as esferas do Poder Judiciário e serviços de acompanhamento das medidas**. Nesse sentido,

a autoridade judicial poderá buscar **apoio de serviços** como as Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica ou instituições parceiras onde se dê o cumprimento da medida aplicada.

No âmbito da **justiça juvenil**, magistrados e magistradas poderão demandar o suporte da **equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude**, prevista e regulamentada nos artigos 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Caso a localidade de atuação do/a magistrado/a não disponha da referida estrutura de apoio, os Tribunais de Justiça devem adotar as **providências necessárias à implantação de equipes interprofissionais**, próprias ou mediante convênios com instituições universitárias, que possam atender as comarcas nas causas relacionadas a crianças, adolescentes e jovens, conforme estabelecido pela Recomendação CNJ nº 2/2006.

Com o objetivo de melhor embasar e instruir as ações que envolvam as pessoas autodeclaradas LGBTI em privação de liberdade, **os Tribunais deverão manter cadastro de estabelecimentos com informações referentes à existência de unidades, alas, celas ou alojamentos específicos para essa população**, de modo a direcionar as autoridades judiciais, quando necessário, à operabilidade das disposições previstas na Resolução CNJ nº 348/2020.

Ainda é recomendado o fomento à realização de  **cursos destinados à qualificação e atualização funcional dos/as magistrados/as e serventuários/as sobre a garantia de direitos da população LGBTI**. Os cursos e as capacitações devem ser propostos, mas não limitados, a quem atue nas Centrais de Audiências de Custódia, Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais (JECrim), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas de Execução Penal e Varas da Infância e Juventude, contemplando a aplicação da Resolução CNJ nº 348/2020 às pessoas LGBTI custodiadas, réis, acusadas, condenadas, privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou em monitoração eletrônica.

Louvável se o desenvolvimento de tais iniciativas ocorrer **em colaboração com as Escolas de Magistratura, ou mesmo em parceria com setores ou órgãos de atualização profissional e aperfeiçoamento técnico de integrantes dos demais entes do sistema de justiça**, a exemplo dos Ministérios Públicos e das Defensorias Públicas, tanto da União quanto Estaduais, buscando-se também interlocução com os atores e atrizes do sistema prisional e políticas penais de modo geral.

Por fim, reitera-se que as autoridades judiciais devem **incluir nas inspeções e fiscalizações realizadas em estabelecimentos penais e socioeducativos**, com base na Lei de Execução Penal (LEP) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), **critérios de observância da garantia dos direitos, gerais e específicos, previstos à população LGBTI**, com especial atenção aos salvaguardados na Resolução CNJ nº 348/2020.



**PRECEDENTES,  
DECISÕES  
PARADIGMÁTICAS  
E BOAS PRÁTICAS**

## **7** PRECEDENTES, DECISÕES PARADIGMÁTICAS E BOAS PRÁTICAS

Conforme definição adotada pelo Conselho Nacional de Justiça em iniciativas institucionais, a “**boa prática**” é uma atividade desenhada, a partir da utilização de um conjunto de ações, para atingir um resultado desejado, comprovado, recomendado e aprovado. Ademais, com a maior valorização que os **precedentes** receberam a partir do advento do Código de Processo Civil de 2015, o ato de decidir gera impacto que ultrapassa o caso concreto, tornando-se componente de um patrimônio jurídico. Decisões acerca de **temas com relevância sociopolítica**, a exemplo dos direitos e garantias da população LGBTI, ganham uma **dimensão extraprocessual**, podendo se tornar **paradigmáticas** e, conseqüentemente, **pautar a conduta da sociedade**.

Para colaborar na **fundamentação e instrução** de todo o tipo de ação que envolva a população LGBTI, principalmente em contato com os sistemas de justiça criminal e juvenil, serão elencadas, a seguir, **precedentes, decisões paradigmáticas e “boas práticas” nacionais e internacionais**, com o intuito de **evidenciar e garantir a operabilidade** das disposições previstas na Resolução CNJ nº 348/2020.

### **I) Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF):**

ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio;  
HC 143.988/ES, rel. Min. Edson Fachin;  
MC na ADPF 527/DF, rel. Min. Luís Roberto Barroso;  
ADI 4275/DF, rel. Min. Marco Aurélio;  
HC 152.491/SP, rel. Min. Luís Roberto Barroso;  
HC 143.641/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski;  
RE 670.422/RS, rel. Min. Dias Toffoli.

### **II) Decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ):**

HC 497.226/RS, rel. Min. Rogério Schietti Cruz.

### **III) Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH):**

Opinião Consultiva OC-24/7, de 24 de novembro de 2017, sobre a Costa Rica;  
Resolução de 28 de novembro de 2018, proferida nas Medidas Provisórias decretadas no caso do Complexo Penitenciário do Curado, em Recife/PE.

### **IV) Documentos da Organização das Nações Unidas (ONU):**

Glossário e campanha “Livres & Iguais”;  
Relatório do Relator Especial sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes das Nações Unidas, com enfoque em gênero (2016).



**V) Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP):**

Resolução CFP 01/99 (sobre o não cabimento, a profissionais da Psicologia, do oferecimento de qualquer tipo de terapia de reversão sexual, uma vez que a homossexualidade não é considerada patologia, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS);

Resolução CFP 01/2018 (estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis).

**VI) Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):**

Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018 (dispõe sobre a atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador).

**VII) Documento “Pessoas LGBTI privadas de liberdade: parâmetros para o monitoramento preventivo”, elaborado pela Penal Reform International (PRI) e Associação para a Prevenção da Tortura (APT).**

**VIII) Nota Técnica DEPEN nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DEPEN/MJ.**

**IX) Relatório 2021 sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).**

**X) “Informe sobre Personas Trans y de Género Diverso y sus derechos económicos, sociales, culturales y ambientales”, de 2020, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).**

**XI) Nota Pública do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA, publicada em 14 de setembro de 2017.**

**XII) “Manual para a Qualificação do Atendimento de LGBTI+ na Justiça Criminal” do Projeto Passagens, elaborado pelo Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade, Série: Justiça Criminal, Segurança Pública e População LGBTI+, Volume 1.**

**XIII) Manuais internacionais sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na população LGBTI: Organização Mundial da Saúde – OMS, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime – UNODC e Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS – UNAIDS.**

**XIV) Normativas, orientações e ações de monitoramento desenvolvidas pelo DMF/CNJ em parceria com Tribunais e com o PNUD, por meio do Programa “Fazendo Justiça”.**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Como acessar o SUS para questões de transição?* 27 jul. 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>.
- BARBERET, Rosemary; JACKSON, Crystal. "UN Rules for the Treatment of Women Prisoners and Non-Custodial Sanctions for Women Offenders (the Bangkok Rules): A Gendered Critique". In **Papers. Revista de Sociologia**, [s.l.], v. 102, n. 2, pp. 215-230, 27 mar. 2017. Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/papers.2336>.
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes. "Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada". In **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, dez. 2015, pp. 524-525.
- BRASIL. *LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção Global, Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. Diretora: Marina Reidel. Consultor: Amilton Gustavo da Silva Passos. Brasília, 2020.
- CANHEO, Roberta Olivato. "*Puxa pro Evaristo*": produção e gestão da população LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado: UFF, 2017.
- CARLEN, Pat. "Women's imprisonment: an introduction to the Bangkok Rules" In **Revista Crítica Penal y Poder**, n. 3, 2016, Observatorio del Sistema Penal y los derechos Humanos, Universidad de Barcelona.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Situação dos direitos humanos no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>.
- 
- \_\_\_\_\_. *Informe sobre Personas Trans y de Género Diverso y sus derechos económicos, sociales, culturales y ambientales*. 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/PersonasTransDESCA-es.pdf>.

- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge, UK; Malden, USA: Polity Press, 2016.
- CORRÊA, Sonia. "O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros". In **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero". In **Estudos Feministas**, n. 01, 2002, pp. 171-263.
- FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e Prisões: Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento*. Curitiba: Multidéia, 2015.
- MELLO, Luiz et al. "Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade". In **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 9, dez. 2011. pp. 728.
- MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. *Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador*. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, pp. 122-129, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802017000100122&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100122&lng=en&nrm=iso).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Glossário Livres & Iguais*. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/definitions/>.
- PADOVANI, Natália Corazza. "No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital". In **Cadernos Pagu**, vol. 37, 2011.
- PENAL REFORM INTERNATIONAL & ASSOCIAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA. *Pessoas LGBTI privadas de liberdade: parâmetros para o monitoramento preventivo*. 2ª ed., Londres, 2015.
- PULECIO PULGARÍN, Mauricio. "Teoría y práctica de los principios de Yogyakarta en el derecho internacional de los Derechos Humanos. In **Revista Análisis Internacional** (Cesada a partir de 2015), n. 3, vol. 11, pp. 239-259.
- RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

RIOS, Roger Raupp. "Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade".  
*In* RIOS, R. R. (Org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007b. pp. 13-38.

SESTOKAS, Lucia. *Breve relatório sobre pessoas LGBTI privadas de liberdade no Brasil*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, São Paulo, out. 2015. Disponível em: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/12/breve-relatorio-sobre-pessoas-lgbt-privadas-de-liberdade-no-brasil.pdf>.

SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade. *Manual para a Qualificação do Atendimento de LGBTI+ na Justiça Criminal*. Projeto Passagens. Série: Justiça Criminal, Segurança Pública e População LGBTI+, Volume 1, 2021.

SOUZA, Raissa Carla Belintani de. *Normas "universais" em um universo de mulheres: Trajetórias, trânsitos e fronteiras entre as Regras de Bangkok e as prisões dos corpos desviantes*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

SOUZA, Simone Brandão. *Sistema prisional e direitos sexuais das mulheres lésbicas*. Estudos e políticas do CUS Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade/Leandro Colling e Djalma Thürler (organizadores), Salvador: Edufba, 2013.

TRANSGENDER EUROPE. *TMM Update Trans Day of Remembrance 2019*. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2019/>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Handbook on Prisoners with special needs* [Guia sobre pessoas presas com necessidades especiais]. New York: United Nations Publication, 2009. Disponível em: [https://www.unodc.org/pdf/criminal\\_justice/Handbook\\_on\\_Prisoners\\_with\\_Special\\_Needs.pdf](https://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/Handbook_on_Prisoners_with_Special_Needs.pdf).

---

\_\_\_\_\_. *Handbook on Women and Imprisonment* [Guia sobre Mulheres e Prisão]. 2nd edition, Viena: United Nations Publication, 2014. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women\\_and\\_imprisonment\\_-\\_2nd\\_edition.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/women_and_imprisonment_-_2nd_edition.pdf).

## FICHA TÉCNICA

### Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

#### Juizes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Antonio Carlos de Castro Neves Tavares; Carlos Gustavo Vianna Direito; Fernando Pessoa da Silveira Mello

#### Equipe

Alessandra Amancio Barreto; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Anália Fernandes de Barros; Bruno Gomes Faria; Camilo Pinho da Silva; Caroline Xavier Tassara; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Gabriel Richer Oliveira Evangelista; Helen dos Santos Reis; Hugo Fernandes Matias; Joaquim Carvalho Filho; Joseane Soares da Costa Oliveira; Karla Marcovecchio Pati; Karoline Alves Gomes; Larissa Lima de Matos; Lino Comelli Junior; Luana Alves de Santana; Luana Gonçalves Barreto; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Mariana Py Muniz; Marcus Vinicius Barbosa Ciqueira; Melina Machado Miranda; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Nayara Teixeira Magalhães; Rayssa Oliveira Santana; Renata Chiarinelli Laurino; Rogério Gonçalves de Oliveira; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thaís Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

### Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

### Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Fernanda Evangelista; Jenieri Polacchini; Mayara Sena; Polliana Andrade e Alencar

### Equipe Técnica

#### Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Amanda Pacheco Santos; André Zanetic; Beatriz de Moraes Rodrigues; Débora Neto Zampier; Iuri de Castro Tôres; Lucas Pelucio Ferreira; Luciana da Silva Melo; Marcela Moraes; Marília Mundim da Costa; Mário Henrique Ditticio; Sérgio Peçanha da Silva Coletto; Tatiana dos Santos Fonseca; Vivian Coelho

#### Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Rafael Barreto Souza; Izabella Lacerda Pimenta; Ednilson Couto de Jesus Junior; Janaina Homerin; Julianne Melo dos Santos

#### Eixo 2

Fernanda Machado Givisiez; Dillyane de Sousa Ribeiro; Eduarda Lorena de Almeida

#### Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Juliana Garcia Peres Murad; Natália Ribeiro; Sandra Regina Cabral de Andrade

#### Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Ana Teresa Iamarino; Hely Firmino de Sousa; Rodrigo Cerdeira; Alexandra Luciana Costa; Alisson Alves Martins; Ana Virgínia Cardoso; Anderson Paradelas; Angélica Santos; Antonio Pinto Jr.; Aulus Diniz; Bruna Nascimento; Camila Primieri; Carlos Sousa; Cledson Alves Junior; Cristiano Nascimento Pena; Daniel Medeiros Rocha; Felipe Carolino Machado; Elenilson Chiarapa; Filipe Amado Vieira; Flavia Franco Silveira; Gustavo José da Silva Costa; Jeferson Rodrigues; Jéssika Lima; Joe Chaves; Jorge Silva; Karla Luz; Keli Rodrigues

de Andrade; Kleiber Faria; Luciana Barros; Marcel Phillippe Silva e Fonseca; Maria Alves; Maria Emanuelli Caselli Pacheco Miraglio; Neidijane Lóiola; Rafael Marconi Ramos; Reryka Silva; Roberto Marinho Amado; Roger Araújo; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Thais Barbosa Passos; Valter dos Santos Soares; Vanessa Branco; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Wesley Oliveira Cavalcante; Yuri Menezes dos Anjos Bispo

### Coordenações Estaduais

Arine Caçador Martins (RO e RR); Cláudia Gouveia (AM e MA); Daniela Bezerra Rodrigues (PB e RN); Fernanda Nazaré Almeida (AP e PA); Isabela Cunha (AL e SE); Jackeline Freire Florêncio (ES e PE); Juliana Marques Resende (MS e PR); Lucas Pereira de Miranda (MG e RS); Mariana Cavalcante de Moura (PI); Mariana Leiras (RJ e TO); Mayesse Silva Parizi (BA e SC); Nadja Furtado Bortolotti (CE e MT); Pâmela Dias Villela Alves (AC e GO)

## Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

### Equipe

Marina Lacerda e Silva; Nara Denilse de Araújo; Vinicius Assis Couto; Ana Carolina Renault Monteiro; Ana Luiza Villela de Viana Bandeira; Ana Maria Cobucci; Ana Paula Cruz Penante Nunes; Daniela Carneiro de Faria; Daniela Dora Eilberg; Denise de Souza Costa; Flora Moara Lima; Igo Gabriel dos Santos Ribeiro; Lívia Zanatta Ribeiro; Luís Gustavo Cardoso; Luiza Meira Bastos; Mariana Andrade Cretton André Cruz; Pedro Lemos da Cruz; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Tuane Caroline Barbosa; Viviane Pereira Valadares Felix

### Consultorias Estaduais em Audiência de Custódia

Acássio Pereira de Souza (CE e PI); Carolina Santos Pitanga de Azevedo (MT e SC); Gabriela Guimarães Machado (MS e RO); Jamile dos Santos Carvalho (BA); João Paulo dos Santos Diogo (RN e PB); João Vitor Freitas Duarte Abreu (AP e PA); Laís Gorski (PR e RS); Luanna Marley de Oliveira e Silva (AM e RR); Luciana Simas de Moraes (RJ e PE); Lucilene Mol Roberto (ES e MG); Lucineia Rocha Oliveira (SE e AL); Maressa Aires de Proença (MA e TO); Victor Neiva e Oliveira (GO e AC)

## Consultorias Especializadas

Ana Claudia Nery Camuri Nunes; Cecília Nunes Froemming; Dillyane de Sousa Ribeiro; Eduardo Georjão Fernandes; Felipe da Silva Freitas; Fhillipe de Freitas Campos; Helena Fonseca Rodrigues; José Fernando da Silva; Leon de Souza Lobo Garcia; Letícia Godinho de Souza; Maria Gorete Marques de Jesus; Maíra Rocha Machado; Maria Palma Wolff; Mayara Silva de Souza; Natália Ribeiro; Natasha Brusaferrero Riquelme Elbas Neri; Pedro Roberto da Silva Pereira; Suzann Flavia Cordeiro de Lima; Raquel da Cruz Lima; Sílvia Souza; Thais Regina Pavez; Thaisi Moreira Bauer

## Ex-Colaboradores

### DMF/CNJ

Ane Ferrari Ramos Cajado; Auristelia Sousa Paes Landino; Gabriela de Angelis de Souza Penaloza; Kamilla Pereira; Liana Lisboa Correia; Lucy Arakaki Felix Bertoni; Rennel Barbosa de Oliveira; Ricardo de Lins e Horta; Rossilany Marques Mota; Túlio Roberto de Moraes Dantas; Victor Martins Pimenta

### PNUD/UNODC

Ana Pereira; Ana Carolina Guerra Alves Pekny; André José da Silva Lima; Ariane Gontijo Lopes; Carlos José Pinheiro Teixeira; Carolina Costa Ferreira; Celena Regina Soeiro de Moraes Souza; Cesar Gustavo Moraes Ramos; Christiane Russomano Freire; Cláudio Augusto Vieira da Silva; Cristina Gross Villanova; Cristina Leite Lopes Cardoso; Daniel Rocha; Daniela Dora Eilberg; Daniela Marques das Mercês Silva; David Anthony G. Alves; Dayana Rosa Duarte Moraes; Flávia Saldanha Kroetz; Fernanda Calderaro Silva; Gabriela Lacerda; Gustavo Bernardes; Isabel Oliveira; Isabela Rocha Tsuji Cunha; João Marcos de Oliveira; Joenio Marques da Costa; Luana Natielle Basílio e Silva; Luciano Nunes Ribeiro; Luis Gustavo Cardoso; Luiz Scudeller; Manuela Abath Valença; Marcus Rito; Marília Falcão Campos Cavalcanti; Michele Duarte Silva; Noelle Resende; Olímpio de Moraes Rocha; Paula Jardim; Rafael Silva West; Regina Cláudia Barroso Cavalcante; Ricardo Peres da Costa; Rogério Duarte Guedes; Solange Pinto Xavier; Tania Pinc; Thais Lemos Duarte; Thayara Castelo Branco; Vânia Vicente; Vanessa Rosa Bastos da Silva; Vilma Margarida Gabriel Falcone; Wellington Pantaleão

## PRODUTOS DE CONHECIMENTO

Publicações editadas nas séries Fazendo Justiça e Justiça Presente

### PROPORCIONALIDADE PENAL (EIXO 1)

#### **Coleção Alternativas Penais**

- Manual de Gestão para as Alternativas Penais
- Guia de Formação em Alternativas Penais I – Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais no Brasil
- Guia de Formação em Alternativas Penais II – Justiça Restaurativa
- Guia de Formação em Alternativas Penais III – Medidas Cautelares Diversas da Prisão
- Guia de Formação em Alternativas Penais IV – Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Guia de Formação em Alternativas Penais V - Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil

#### **Coleção Monitoração Eletrônica**

- Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para os Órgãos de Segurança Pública
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para o Sistema de Justiça

#### **Coleção Fortalecimento da Audiência de Custódia**

- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais
- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
- Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos na Audiência de Custódia
- Manual sobre Algemas e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais: Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e Tribunais

### SOCIOEDUCATIVO (EIXO 2)

- Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade (Internação e Semiliberdade) - Cadernos I, II e III
- Reentradas e Reiteraões Infracionais: Um Olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros



## CIDADANIA (EIXO 3)

### **Coleção Política para Pessoas Egressas**

- Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais
- Começar de Novo e Escritório Social: Estratégia de Convergência

### **Coleção Política Prisional**

- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária
- Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões
- Os Conselhos da Comunidade no Brasil

## SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO CIVIL (EIXO 4)

- Guia Online com Documentação Técnica e de Manuseio do SEEU

## GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS (EIXO 5)

- Manual Resolução 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas I
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II





Acesse o código QR  
e conheça outras  
publicações do Programa  
Fazendo Justiça



FAZENDO JUSTIÇA



